

## Jornadas do PCP em Baleizão e no Porto



Milhares de pessoas participaram na homenagem a Catarina

# POR UMA SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA PARA A SAÍDA DA CRISE

Discursos de Álvaro Cunhal e reportagens da homenagem a Catarina Eufémia e da Festa de Maio nas págs. 4 e 5.

### NOVIDADE NAS LEIS DO TRABALHO

Querem uma amostra?  
Ela aí está.

Pág. 5



Velhos são os trapos  
e sábios são os velhos

Pág. 4

Quando o envelhecimento  
é sinal de desenvolvimento

**ESCOLAS  
PROFESSORES**

Pág. 6

## Solidários com Moçambique!

Na passada segunda-feira, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Frelimo o seguinte telegrama:

Queridos camaradas

Ao tomar conhecimento bombardeamento de território da República Popular de Moçambique pela aviação dos racistas da África do Sul condenamos firmemente esta nova e criminosa agressão e expressamos ao Partido Frelimo, ao Governo e ao povo moçambicano a activa solidariedade dos comunistas portugueses.

Ler notícia e comentário na pág. 8  
e artigo no Suplemento

## A luta pela Paz

- Beja não quer armas nucleares (pág. 2)
- Encontro Nacional Preparatório da Assembleia Mundial pela Paz e a Vida contra a Guerra Nuclear (pág. 8)
- Festival de Tróia (pág. 7)
- Guerra económica (Suplemento)
- Corrida da Paz (Suplemento)



# SEMANA

18  
Quarta-feira



O Chile de Pinochet

Benfica empata no Estádio da Luz frente ao Anderlecht (1-1) perdendo assim a Taça UEFA para a equipa belga que ganhou em Bruxelas por 1-0 ■ A CGTP condena a política de «factos consumados» do Governo demitido, designadamente na área laboral e apela às forças democráticas e órgãos de soberania para que impeçam tal prática ■ A Comissão Organizadora das Comemorações do Dia das Comunidades, a que preside o tenente-coronel Vítor Alves divulga em conferência de imprensa o respectivo programa oficial ■ Um relatório da «Amnistia Internacional» publicado em Londres denuncia casos de tortura sistemática praticados pela polícia política de Pinochet sobre presos políticos chilenos ■ Pais membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciaram no decorrer de uma reunião extraordinária as sanções económicas impostas pelos Estados Unidos à Nicarágua.

19  
Quinta-feira

António Capucho, secretário-geral do PSD, considera existirem «pontos melindrosos» nas conversações com o PS para a formação de um governo de coligação, designadamente sobre a lei de delimitação dos sectores e a legislação relativa a áreas como o emprego, saúde e Reforma Agrária ■ Sem receber do plenário decidem prosseguir a luta pelo pagamento integral dos salários e pela defesa dos postos de trabalho ■ O Movimento de Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMC) repudia em comunicado o projecto de decreto-lei que liberaliza os horários de aberturas dos estabelecimentos de venda ao público ■ As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) desmantelaram bases da UNITA situadas entre as províncias de Benguela e de Huambo ■ Anatoli Alexandrov, presidente da Academia das Ciências da URSS, anunciou a intenção do seu país montar um sistema de resposta automática caso os EUA instalem os seus mísseis na Europa Ocidental.

20  
Sexta-feira

Mais de 600 delegados, em representação de três centenas de organizações de reformados pensionistas e idosos de todo o país, participam no Pavilhão do Sacavenense na III Conferência Nacional dos Reformados ■ Os mineiros da Panasqueira voltam a impedir a retirada de 500 toneladas de minério dos armazéns da empresa na sequência do lock out levado a cabo pela administração ■ Com os seus 104 pavilhões em Lisboa, no Parque Eduardo VII, a 53.ª Feira do Livro ■ Uma violenta explosão destruiu diversos veículos no centro de Pretória, junto ao Estado-Maior da Força Aérea racista; o atentado é atribuído às forças que se opõem ao regime racista e ao apartheid ■ O Conselho de Segurança da ONU condena a ingerência de países estrangeiros na Nicarágua ■ Yasser Arafat, dirigente da OLP, denunciou em Damasco a existência de uma conspiração israelo-americana para transformar o Líbano numa base militar e política à disposição do governo dos EUA.

21  
Sábado



Militantes da Paz em Lisboa

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, afirma num comício no Porto que o «pacto social» pretendido por uma coligação PS-PSD «é uma imposição condenada ao fracasso» ■ O Encontro Nacional Preparatório da Assembleia Mundial da Paz e da Vida, contra a Guerra Nuclear, reunião em Lisboa, lançou um apelo à unidade de todos de forma a impedir o holocausto nuclear ■ Na sequência das decisões do IV Congresso da Frelimo, o presidente moçambicano Samora Machel anuncia uma remodelação governamental com vista a uma «reorganização profunda» do governo e do Estado ■ Segundo fonte da Casa Branca, o presidente norte-americano Ronald Reagan iniciou o processo de preparação de uma cimeira com o dirigente soviético Yuri Andropov.

22  
Domingo



Helmut Schmidt

No decorrer da homenagem prestada a Catarina Eufémia, em Baleizão, Álvaro Cunhal afirmou ser grande a determinação e combatividade dos trabalhadores agrícolas em «defender, continuar e vir a realizar integralmente a Reforma Agrária» ■ Um comunicado conjunto da CGTP e das Comissões Obreras, declara que a participação dos trabalhadores é indispensável para a resolução dos problemas nacionais ■ Numa entrevista ao jornal espanhol «La Vanguardia», o Presidente da República, general Ramalho Eanes, declara que a democracia encontrará soluções caso se verifique um fracasso de um governo PS/PSD ■ Em entrevista ao «Washington Post», o antigo chanceler alemão Helmut Schmidt declarou estar convencido de que os Estados Unidos não negociam seriamente sobre a questão dos europeus em Ginebra ■ O Conselho de Segurança da Nações Unidas inicia um debate sobre o processo de independência da Namíbia.

23  
Segunda-feira

Aviões sul-africanos atacam instalações civis na Matola, arredores de Maputo, causando seis mortos ■ Em nota emitida pela SIP do Comité Central, o PCP acusa o PS e o PSD de estarem a prosseguir o agravamento da situação nacional com o arrastamento das negociações para a formação do governo ■ Segundo informação do Instituto Nacional de Estatística o índice de preços no consumidor cresceu 20,8 por cento nos quatro primeiros meses de 1983 ■ Walid Jumlat, dirigente do Partido Socialista Progressista do Líbano, considerou que o acordo libano-israelense sobre a retirada de tropas estrangeiras do Líbano constitui o «início da partilha do seu país».

24  
Terça-feira

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública denuncia o propósito do ministro do Trabalho de, através de portaria já publicada, colocar em lugares de chefia no Instituto de Emprego e Formação Profissional, elementos dos gabinetes do governo demitido ■ Quatro mil trabalhadores da Lisnave, em assembleia geral, mandaram os seus representantes para proporem formas de luta conjuntas com os seus camaradas da Setenave, Parry & Son, CPP e outras empresas de construção e reparação naval ■ Promotores da Jornada Nacional Contra a Nuclearização da Base de Beja divulgam na Casa do Alentejo o programa da iniciativa.

## Editorial

# UMA FALSA ALTERNATIVA

Nas eleições de 25 de Abril o eleitorado português exprimiu sem ambiguidades a rejeição de uma política falhada e a reprovção das forças e dos homens que à frente da máquina do Estado a executaram nos últimos anos. Simultaneamente exprimiu também um inequívoco desejo de mudança.

O voto do eleitor, forma elementar de auscultação democrática da vontade popular, evidenciou no terreno eleitoral um fenómeno político já verificado noutros terrenos de expressão. Nas ruas, nas fábricas, nos campos, a falhada «AD» e os principais partidos que a compunham — o PPD e o CDS — tinham perdido já toda a credibilidade política junto da maioria dos portugueses. A legitimidade para governar foi abertamente posta em cheque.

A consigna «AD» para a rua! ganhou as massas e tornou-se um mandato categórico do povo.

Nas eleições de há um mês os partidos da coligação reaccionária governante foram terminantemente derrotados; os partidos situados na área da oposição, designadamente o PS e o PCP saíram vencedores — a escolha foi clara.

A escolha foi clara, mas traída pelo PS sob a direcção de Mário Soares.

O anticommunismo mais grosseiro e infundamentado a mascarar uma deliberada opção política e de classe contrária à vontade maioritária do Povo português, exhibe-se agora como pobre justificação do estranho casamento político do PS com o principal partido da direita derrotada nas eleições.

O PPD é, pela sua posição predominante na coligação derrotada, o partido mais responsável pela política que arrastou Portugal para a beira do desastre, o partido que ainda hoje domina o Governo de Gestão que prossegue a mesma política antipovo e antinacional, o partido mais representativo das classes exploradoras que enformavam e comandavam a extinta «AD».

É com este partido e sob a mesma política que o PS de Mário Soares decidiu aliar-se para a formação do futuro governo. O próprio Mário Soares pôs em destaque as afinidades programáticas com o PPD.

O PCP tem denunciado com vigor esta opção política e de classe dos dirigentes do PS pelos perigos evidentes que encerra para a defesa dos interesses dos trabalhadores e a continuação das principais conquistas democráticas da Revolução de Abril.

As denúncias do PCP são tanto mais fundamentadas porquanto as soluções encarradas pelo PS — melhor diríamos as anti-soluções — não resolverão a crise antes arrastarão novos factores de agravamento.

Traindo o mandato popular e ao invés da vontade da própria maioria dos socialistas que se pronunciaram por uma solução democrática apoiada nas forças vencedoras das eleições, designadamente o PS e o PCP, Mário Soares e os seus comparsas preferiram uma falsa solução política aliando-se à direita.

A previsível fracasso desta falsa solução Soares pretende desde já opor uma falsa alternativa:

Abertura de todos os sectores à iniciativa privada ou maior agravamento da crise e afundamento da economia nacional;

«Pacto social» com todas as implicações antioperárias ou encerramento de empresas e extensão do desemprego;

Governo com o PPD ou um governo PS de gestão para realizar novas eleições;

— Exito da fórmula de governo PS/PPD ou retorno ao fascismo.

Trata-se, como é óbvio, de uma manobra de chantagem antidemocrática de grande estilo para impor ao País uma política que o Povo português não quer.

Mário Soares retarda claramente a formação do novo governo para melhor justificar os seus compromissos com a direita e deixar amadurecer a situação de crise para assumir o mandato eleitoral.

Os parcelos da nova aliança querem deixar «correr o marfim» para que o actual Governo de Balsemão, exorbitando do seu estatuto de gestão, leve à prática as medidas que eles, Mário Soares e Mota Pinto, pretendem ver em prática.

Balsemão não é naturalmente uma «vítima» inocente deste conluio ou um «bode expiatório» dos novos candidatos ao Poder — é um executor consciente e deliberado dessa política, que usa todos os pretextos para a pôr em prática.

As recentes medidas antiooperárias para as empresas ditas em «situação económica difícil» são disso uma prova.

As «dificuldades» inventadas para justificar o atraso na formação de um novo governo são uma cortina de fumo para ocultar designios antidemocráticos de outra ordem.

Não é novidade nenhuma que Mário Soares logo à raiz das eleições previu a duração de quatro a seis semanas para a constituição de novo executivo sob a sua direcção.

Claro que não é fácil a distribuição das pastas e das «postas».

Os nomes que se avançam para o novo elenco governamental são motivo de alarame para todos os portugueses democratas e patriotas.

Além de Soares e Mota Pinto, que como primeiros-ministros deixaram rasto como arautos da recuperação capitalista, nomes desclassificados como os de Preença de Carvalho, Gonelha, Vaz Portugal, Veiga Simão, Eurico de Melo, Sotto Mayor Cárdua e outros, são indicativos da política que se quer pôr em prática.

Por outro lado as «discrepâncias» políticas entre o PS e o PPD são puramente formais, não de conteúdo.

A direita encartada quer impor o seu programa. Mota Pinto diz que o PPD não abdicará das medidas propostas na sua campanha eleitoral, uma forte corrente que enlaça na CIP, na CAP e na CCP pretende impor desde já um compromisso de nova revisão constitucional com a ajuda do CDS.

Os dirigentes socialistas cobrem-se com o diáfano manto da legalidade dizendo que a actual Constituição é intocável. Mas vão sugerindo alterações inconstitucionais da Constituição a serem operadas pela via legislativa e apoiadas na maioria de dois terços PS/PPD com a qual poderão ultrapassar o controlo de constitucionalidade e o veto do Presidente da República.

Por esta via uns e outros se preparam para impor uma nova lei de delimitação dos sectores para destruir o sector público e nacionalizado; novas leis sobre a terra para destruir a Reforma Agrária e garantir os interesses dos senhorios ricos; novas leis laborais de revisão do direito à greve, de liberalização dos despedimentos, de baixa dos salários reais; novas leis da comunicação social para destruir o pluralismo democrático e manipular os órgãos de comunicação de massas estatizados; nova lei eleitoral favorável às forças reaccionárias.

Que não se diga que isto são invenções do PCP. São

verdades sabidas por largos sectores de opinião. Sobre elas que os socialistas e outros democratas reflectam seriamente e tirem as consequências práticas.

As soluções erradas e o protelamento de medidas imprescindíveis ameaçam agravar ainda mais a crise actual, agravar ainda mais o pesado fardo sobre as costas dos trabalhadores.

Os números revelados pela CGTP-Intersindical são sustentados.

Mais de 100 000 trabalhadores de mais de 225 empresas com os salários em atraso; um milhão e 220 mil trabalhadores com contratos colectivos bloqueados devido à intransigência do patronato. Em fase de preparação e arastando-se indefinidamente 30 processos de contratação colectiva abrangendo mais de meio milhão de trabalhadores.

As recentes medidas ilegais do Governo Balsemão tendem a criar uma situação extremamente fluida e ameaçadora para todos os trabalhadores.

A cobertura da declaração de «empresa em situação económica difícil» o grande patronato vai intensificar a ofensiva contra o direito ao trabalho, agravar os despedimentos selectivos, aumentar a insegurança dos trabalhadores.

A prática crescente dos salários em atraso cobre a retenção ilegal de verbas volumosas nos estabelecimentos bancários a renderem chorudos juros ao patronato em detrimento de centenas de milhares de famílias operárias que não têm outro recurso senão o salário de cada dia.

O agravamento da miséria e da exploração dos trabalhadores está nos projectos dos novos candidatos ao Poder.

Contra esta criminosa política a resposta dos trabalhadores não pode deixar de ser enérgica, organizada e firme.

Tomar posição clara face às intenções de impor o chamado «Pacto Social» com a ajuda dos divisionistas da UGT é uma exigência absoluta do movimento operário e sindical organizado.

A resposta aos propósitos de continuação da política de direita sob a direcção conjunta do PS e do PPD é também uma exigência absoluta das forças democráticas, do movimento operário, popular e democrático na sua expressão mais larga.

A questão da unidade de todos os democratas e patriotas coloca-se como factor determinante de uma solução política que abra o caminho à resolução da crise actual e ao desenvolvimento do bem-estar económico e social do Povo português.

As últimas eleições alargaram o espaço político disponível, mas este não se ganha com fórmulas vagas, mas com uma política clara que vá ao encontro dos problemas que afligem o povo.

Contra as profecias sinistras e a chantagem de Mário Soares e dos seus comparsas há uma outra alternativa — a verdadeira alternativa à situação actual.

Com socialistas, comunistas e democratas de outros partidos ou sem filiação partidária é possível deter a marcha para o abismo, defender as liberdades, garantir melhores dias às gerações vindouras, continuar Abril.

Para que tal seja possível é necessária e urgente a iniciativa política das forças democráticas e sobretudo o reforço, unidade e alargamento do movimento popular de massas. Essa é uma exigência patriótica que se impõe a todos os portugueses.

## PCP

# Grupos de estudo na Jugoslávia e na União Soviética

### ● Sobre questões de autogestão

A convite do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, e no quadro das relações de amizade existentes entre o PCP e a LCJ, deslocou-se à República Socialista Federativa da Jugoslávia um grupo de estudo sobre questões de autogestão, constituído pelos camaradas Gorjão Duarte, membro suplente do Comité Central, António Pombinho e Estevão Lázaro.

A delegação portuguesa foi recebida pela camarada Dragoslav Markovic, membro da Presidência do CC da LCJ e teve encontros com os camaradas Draskom Popovicen, membro da Presidência do CC da liga dos Comunistas da República de Bosna e Hercegovina e com os Presidentes dos Comités Municipais da Liga Comunista das cidades de Mostar e Pancevo.

### ● Sobre as pescas

A convite do Comité Central do PCUS, visitou a URSS, de 17 a 24 de Maio, um grupo de estudo do nosso Partido, no domínio das pescas, composto

pelos camaradas Aleixo Braz, membro da DORLEI, António Bértolo e Ernesto Nobre, todos da Unicoopesca de Peniche, por Manuel da Cruz e Vítor Parada, pescadores em Sesimbra e dirigentes sindicais do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal.

Durante a sua estadia na URSS a delegação efectuou encontros de trabalho e visitou vários kolkozoes de pesca na região do Báltico, nomeadamente as cooperativas «Vitória» em Jurmala, «Onda Livre» em Salasgrive, «Banga» em Roja, tendo tido um encontro com o presidente da Confederação da Bacia do Báltico.

A delegação portuguesa foi recebida, em Moscovo, pelo vice-ministro das pescas e pelo camarada Z. Evantov, chefe do departamento das cooperativas de pescas do respectivo Ministério. Em Riga, capital da Letónia, onde a delegação permaneceu alguns dias, teve um encontro com o presidente da União das Cooperativas da Letónia e com o responsável pela indústria ligeira da república. Foi recebida no CC do PC da Letónia pelo vice-chefe das relações internacionais do CC da Letónia.

Através das visitas e encontros realizados, a delegação do PCP teve oportunidade de se informar sobre a situação das pescas, da indústria ligeira e do desenvolvimento cooperativo na URSS, observando particularmente vários aspectos relacionados com a produção, tratamento do pescado, manutenção e conservação das embarcações, e ainda de conhecer questões relacionadas com a piscicultura.

A deslocação à URSS deste grupo de estudo teve lugar no quadro das fraternais relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS.

## Nacional

# Beja não quer armas nucleares

Numa iniciativa sem precedentes no nosso país, vai realizar-se em Beja, de 9 a 12 de Junho, uma acção nacional sob o lema «Não à Força de Intervenção Rápida Americana em Beja — Não às Armas Nucleares em Beja».

Explicando as razões de ser desta acção, a Comissão promotora, afirma:

«Quase diariamente nos chegam notícias de que se está a negociar a utilização pelos Estados Unidos da América da Base Aérea de Beja, como base intermédia e também de eventual armazenamento de armas nucleares, para apoio, passagem e abastecimento da Força de Intervenção Rápida, com destino ao Médio Oriente.

«A eventual instalação, armazenamento ou trânsito

de armas nucleares na Base de Beja seria uma ameaça permanente para o nosso país e transformaria a região alentejana em alvo preferencial em caso de guerra ou conflito nuclear».

Face à ameaça que se está a desenhar, como de costume cozinhada nas costas do povo, «no passado dia 12, reuniram-se em Beja várias Assembleias e Câmaras Municipais, sindicatos, movimentos e associações humanitárias, sociais, culturais, desportivas e recreativas e várias pessoas em nome individual». Aí foi tomada a decisão de realização de uma iniciativa nacional em Beja.

Muito embora o projecto da iniciativa esteja ainda em elaboração, os seus promotores anunciam des-

de já «a presença de exposições sobre Hiroshima e sobre a luta pela Paz, a projecção de filmes das Nações Unidas sobre a Paz, a pintura de um mural por um conjunto de artistas plásticos, diversas iniciativas em escolas e colectividade, uma largada de pombos, bem como uma presença constante de animação cultural com ranchos, grupos musicais, coros e bandas, nomeadamente da região (...) no último dia, domingo 12, um desfile até às proximidades da Base. Será ainda neste dia que se realiza o grande comício-convívio».

«Serão quatro dias em que Beja será um espaço aberto ao debate, à alegria e ao convívio a favor da Paz e da defesa de que a base aérea local não se transforme em nuclear».

# Debates sobre a Paz e Desarmamento

Organizada pela Associação Portugal/URSS, começa amanhã, na sede nacional daquela organização, na Rua de São Caetano, n.º 30, a Lapa, em Lisboa, uma série de debates sobre problemas da Paz e do Desarmamento.

O primeiro da série terá início, como todos os restantes, às 21.30 horas, e será subordinado ao tema «Aspectos Militares do Desarmamento». Intervirão o marechal Costa Gomes, Dieter Dillinguer e Sousa Marques.

O calendário dos debates seguintes:

17 de Junho — «As Organizações Não-Governamentais e a sua Contribuição para

a Paz» — com intervenções do padre dominicano Luís de França, do advogado Vasco Castro, de Rogério Fernandes, director da revista «o professor» e de Manuel Lopes, do Secretariado da CGTP/Intersindical.

1 de Julho — «As Propostas da União Soviética Sobre a Paz e o Desarmamento». Intervenções de Aníbal Aquilino Ribeiro, juiz conselheiro, de Beja Santos, publicista, e dos jornalistas José Garibaldi e Alberto Vilaverde Cabral.

6 de Julho — «Consequências para a Humanidade de uma Guerra Nuclear» — Má-



rio Neves, ex-embaixador de Portugal na URSS, José Manuel Leite, do Conselho Executivo do Conselho Mundial das Igrejas, Moradas Ferreira, chefe do Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santa Maria, Fernando Rodrigues, chefe de serviço do Hospital Pulido Valente, e Tito Seabra Diniz, doutorado em Psiquiatria.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOSI

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa Tel. 776836/776750. Porto — Rua do Alameda, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e Impreso na Hepta Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Abril: 48 725

Trabalhadores

Mais de 100 mil sem salários

- 46 contratos parados
• Lutas na Panasqueira, Progresso Mecânica, Lisnave, Siderurgia e outras empresas
• Hoje, manifestação da CP

Um milhão e 220 mil trabalhadores abrangidos por 46 contratos colectivos de trabalho caem sob a alçada de um governo demitido que estimula e intransigência e o boicote...

Mais de 200 mil abrangidos pela «extensão»

Por ser contrária à liberdade sindical (direito alcançado no nosso país desde os primeiros diplomas legais, incluindo a própria Constituição da República) a imposição de «portarias de extensão» por parte do governo demitido PSD/CDS...

tanto se apregoa do lado da direita o «diálogo social».

A Central unitária considera que atitudes como a das portarias de extensão para os metalúrgicos, o vestuário, os gráficos e transformadores de papel...

Por outro lado — acentua a Central — essa forma de actuar do «governo demitido, dominado pelo PSD, reforça a preocupação e a desconfiança já manifestadas pelo Conselho Nacional da CGTP-IP sobre a constituição de um governo de que esse partido faça parte».

Concentração dos ferroviários

Hoje, na Calçada do Duque, no Rossio, em Lisboa, em frente à sede do conselho de gerência da CP...

rência da CP, os ferroviários concentram-se ao princípio da tarde «numa manifestação contra a intransigência» da direcção da empresa quanto às negociações do acordo salarial (AE).

A manifestação realiza-se também para protestar contra os despedimentos de trabalhadores da CP...

Num comunicado de 23 do corrente, a Federação dos Sindicatos Ferroviários afirma que os trabalhadores da CP exigem, entre outras reivindicações no âmbito da contratação colectiva, o pagamento dos salários a tempo e horas...

A concentração dos ferroviários no Rossio, com início marcado para às 16 e 30, decorrerá sob as palavras de ordem «por salários justos, pela reintegração dos despedidos, contra a corrupção».

Salários mínimos para corticeiros

A «todos os tiradores de cortiça de Évora», o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito dirige entretanto um comunicado lembrando que, conforme decisões tomadas em plenários efectuados a nível distrital, o «salário mínimo por dia para tiradores, empilhadores e rachadores é de 1800 escudos»...

Depois de todas as despesas — refere o Sindicato de Évora — o patrão, que nada faz, fica com o lucro de 65 por cento ou mais, em relação ao valor de cada arroba de cortiça».

Horários na panificação

O horário de fabricação do pão e de produtos afins era en-

tretanto objecto de um despacho conjunto dos ministérios do Trabalho, dos Assuntos Sociais, da Agricultura, Comércio e Pescas e da Indústria, Energia e Exportação. O referido despacho cria um grupo de trabalho («Diário da República», II série, de 5 de Maio de 1983) para elaborar uma proposta de novos horários para o sector.

Mas a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos estranha naturalmente que um dos pontos do despacho conjunto determine que a consulta sobre o assunto, que interessa directamente aos trabalhadores, seja feita apenas às «associações empresariais do sector, quando é sabido que o horário de trabalho, fazendo parte integrante do contrato individual, não pode ser alterado sem o acordo prévio do trabalhador».

A marginalização ilegal das associações sindicais, que não sucede como se viu apenas neste caso, é recusada pela Federação representativa dos sindicatos e dos trabalhadores.

A Federação aproveita para lembrar que, em 26 de Outubro de 1979, entregou ao Inspector-Geral do Trabalho «um projecto de portaria regulamentadora de horário de trabalho» aprovado pelas associações sindicais do sector. A Federação não pode aceitar que a mesma revisão seja feita agora, pondo de lado uma «perspectiva de justiça social».

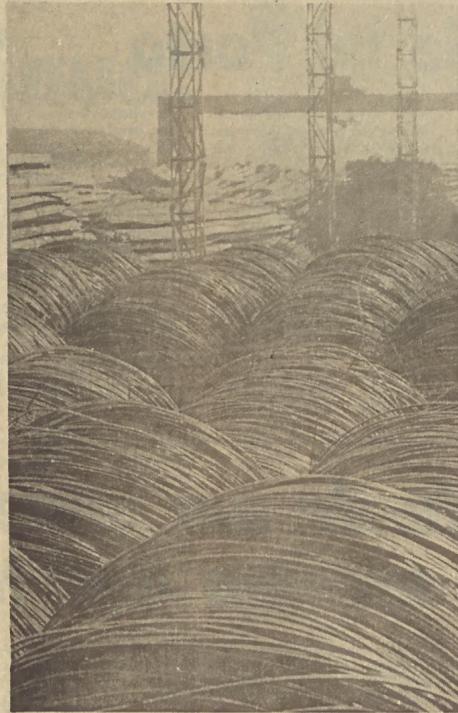
Exige por isso a sua participação no processo, juntamente com os «sindicatos representativos do sector», e reclama que a base do trabalho a fazer assente no projecto entregue em Outubro de 1979 ao Inspector-Geral do Trabalho pelas associações sindicais.

Lock-out na Panasqueira

A administração da Beralt Tin and Wolfram, firma inglesa proprietária das Minas da Panasqueira, voltou a ignorar as leis do nosso país. Como linha feita em 1981, fechou novamente as portas da Mina aos 1500 trabalhadores que decretaram uma greve de 2 horas por turno — forma de luta iniciada em 9 do corrente. Depois de numerosas tentativas, desde Janeiro, para negociar um caderno reivindicativo apresentado pelas organizações representativas dos trabalhadores para a actualização mínima dos salários, a Beralt, que obtém «lucros fabulosos ao fim do ano» — lembra a União dos Sindicatos de Castelo Branco — tem procurado «desmobilizar e quebrar a luta dos trabalhadores», uma vez que a adesão à greve foi quase total durante quatro dias, entre 9 e 12 do corrente, altura em que atingiu os 98 por cento.

A administração da Beralt argumenta, como em 1981, com «a segurança da mina, porque as frentes de trabalho foram carregadas e não disparadas».

A comissão intersindical (delegados sindicais) e as outras organizações representativas dos trabalhadores da Panas-



Na Siderurgia Nacional, após um período de paralisações entre 15 e 22 Abril findo, o plenário dos trabalhadores decidiu adoptar novas formas de luta pela revisão salarial (tabela em vigor desde Novembro de 1981). As organizações representativas interviram junto do MT. Há paralisações diárias e recusa de horas extraordinárias. Os trabalhadores não aceitam aumentos de 10 por cento. As tabelas em negociação já deviam estar prontas em Janeiro de 1983 — reafirmam as ORTs da Siderurgia Nacional.

queira reafirmem que entregaram o pré-aviso de greve com antecedência mais que suficiente e legal (em 29 de Abril findo) na administração da Beralt. O prazo chegava e sobrava para que a direcção da empresa tomasse a tempo «as medidas necessárias» prevenindo «qualquer anomalia» resultante da greve.

O lock-out, além de ilegal, não tem, assim, qualquer justificação prática. A comissão intersindical e a União dos Sindicatos, declinando qualquer «responsabilidade pelo que possa acontecer em matéria de explosivos carregados nas frentes de trabalho», sublinha no entanto que a Beralt as mandou carregar «sem ordenar o seu rebentamento».

Os responsáveis pela gestão da empresa podem provocar um acidente grave.

As organizações representativas dos trabalhadores das Minas da Panasqueira, que entretanto se deslocaram a Lisboa numa tentativa mais para resolverem a questão do caderno reivindicativo e das condições de trabalho em geral, chamaram a atenção dos órgãos de soberania para a necessidade de «atenta vigilância» que se faz sentir tendo em conta a atitude da Beralt, e designadamente para «situações incontroáveis» por parte dos trabalhadores.

«Se a empresa não quer mandar rebentar as frentes que não as mande carregar», advertiram a tempo os sindicatos e os trabalhadores.

A resolução do conflito na Panasqueira depende substancialmente do aumento de 25

por cento nos salários, de melhor assistência médica, alojamentos e assistência hospitalar.

A comissão concelhia da Covilhã do PCP acusava entretanto a Beralt Tin and Wolfram de violar «frontalmente a Constituição da República». Solidarizando-se com a luta dos mineiros que, devido ao lock-out, estão sem salários e decidiram não deixar sair minério (cerca de meia tonelada em stock em 21 do corrente) a comissão concelhia sublinha que a Beralt tem visto crescer os lucros vertiginosamente, representando os resultados de 1980 mais 220 por cento relativamente aos de 1976.

Solidariedade com a Progresso Mecânica

Incluindo uma moção aprovada na Assembleia de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, a solidariedade popular para com a luta dos trabalhadores da Fábrica Progresso Mecânica tem vindo a aumentar, apoiando os trabalhadores que não querem ser transferidos sem o pagamento de um subsídio de deslocação previsto no contrato. A população daquela freguesia lisboeta tem aderido à luta na fábrica de Santo Amaro que os administradores, incluindo um dirigente da CIP, Marques de Almeida, querem mandar para a Portela de Ajuda sem arcarem com as despesas inerentes no que respeita ao pessoal. Desde segunda-feira, 16 do corrente, que as paralisações se sucedem dia e noite, a fim de que sejam satisfeitas as reivindicações dos trabalhadores.

PCP

As negociações e a crise

Na passada segunda-feira a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

1

Passado um mês sobre as eleições legislativas antecipadas, o PS e o PSD continuam a arrastar as suas negociações para a formação do governo permitindo proposadamente que prossiga o agravamento da situação nacional em resultado da desastrosa acção do demitido Governo do PSD e CDS.

2

Uma tal morosidade nas negociações indica claramente que o PS e o PSD estão vivamente interessados em que o actual Governo vá antecipando diversas medidas integradas na política já acordada entre aqueles dois partidos, como é o caso recente e particularmente grave da legislação sobre redução de salários e suspensão de trabalhadores de empresas declaradas em «situação económica difícil».

O arrastamento das negociações entre o PS e o PSD revela ao mesmo tempo que aqueles partidos, conscientes da desastrosa política de direita que se preparam para prosseguir, recelam enfrentar os problemas nacionais para os quais sabem não ter soluções, preferindo gastar o tempo em laboriosas partilhas de cargos e influências.

3

O PCP chama a atenção para o grave significado político que assume o facto de tanto o PS como o PSD aparecerem, no curso das negociações, a definir como «prioridades» da acção do próximo governo, designadamente, a abertura da banca e dos seguros ao grande capital, o prosseguimento da ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária, a restrição dos direitos dos trabalhadores através de gravosas alterações da legislação de trabalho e o agravamento das condições de vida da população, em que se inserem projectos já anunciados de aumentos das rendas de casa.

Tais planos confirmam inteiramente que o objectivo fundamental do PS e do PSD não é a resolução dos graves problemas nacionais e a resposta às prementes aspirações do Povo português, mas a continuação da política da AD, com a agravante de o PS se preparar para concretizar objectivos de liquidação de conquistas democráticas que a AD, ao longo de 3 anos, não conseguiu atingir, em resultado da luta popular.

4

Relativamente a certas afirmações feitas, mesmo que por chantagem, quanto à formação de um governo unipartidário em caso de realização de novas eleições num período curto, o PCP considera necessário sublinhar que tais propósitos são ilegítimos e inaceitáveis, sendo essencial, nessa hipotética e pouco provável situação, a formação de um governo efectivamente isento e em condições de garantir a plena democraticidade de qualquer eventual acto eleitoral.

5

Os acontecimentos estão comprovando inteiramente que um governo PS-PSD e a política de direita que se prepara para realizar, contrariam frontalmente as aspirações e a vontade de uma mudança democrática manifestadas pelo eleitorado ao derrotar o PPD e o CDS.

Por isso, um tal governo, a formar-se, nascerá já enfraquecido, sem credibilidade, suscitando profundas reservas e desconfiança, provocando muito rapidamente a oposição dos trabalhadores e de todos os democratas empenhados na solução dos problemas nacionais e na salvaguarda do regime democrático e das conquistas do 25 de Abril.

6

Muitos e muitos eleitores que votaram no PS esperanças numa viragem democrática após a derrota da AD manifestam já hoje profunda inquietação e descontentamento face à perspectiva da formação de um governo de coligação PS com o principal partido da AD.

O PCP reafirma o seu compromisso de, com os trabalhadores e com todos os democratas portugueses, em defesa dos interesses do povo e do País, prosseguir a luta por uma alternativa democrática que corresponda à vontade manifestada pelo Povo português e garanta a saída da crise, a melhoria das condições de vida da população, o progresso e a independência nacionais.

Terra

Jovens agrícolas de Évora preparam 4.º Encontro

A pouco mais de mês e meio da sua realização, o 4.º Encontro de Jovens Operários Agrícolas do distrito de Évora está a despertar o interesse de vastas camadas de jovens do sector.

Com data marcada para o próximo dia 9 de Julho, o Encontro decorrerá no Palácio D. Manuel e terá como pontos de ordem de trabalhos a «luta contra a opressão e exploração patronal, contra o desemprego, pela criação de

novos postos de trabalho» e a luta «pelo direito ao desporto, à cultura e pelo reforço do Movimento Sindical Unitário».

Em resposta ao apelo recentemente divulgado pela Comissão Organizadora onde se afirma que «só unidos em torno dos nossos problemas os podemos resolver», está, entretanto, a ser promovido nos locais de trabalho e nas aldeias um amplo debate em tor-

no dos temas propostos para o Encontro.

Fiéis à sua tradicional e activa participação na vida política e económica da região, os jovens agrícolas dos campos do Sul estão a dar, uma vez mais, mostras da sua disposição e do seu empenho em lutar pela defesa da Reforma Agrária, conquista que lhes abriu caminho para uma vida melhor onde coube, finalmente, um espaço para o bem-estar, a cultura e o desporto.

Nacional

II Conferência Nacional do MURPI

Pelo direito à palavra à participação a uma vida digna

Realizou-se no passado sábado, no Pavilhão do Sacavense, a II Conferência Nacional do MURPI. Cerca de 600 delegados vindos de todos os distritos participaram entusiasticamente durante todo o dia nos trabalhos da Conferência, elegendo no final, por voto secreto, a sua nova Coordenadora Nacional, mais larga e mais representativa — a traduzir, aliás, o movimento de adesões e o nascimento de novos núcleos verificadas após a II Conferência.

Com eles estiveram, unidos na atenção e nos aplausos, mais de 1500 convidados, dos quais alguns presidentes de órgãos autárquicos e representantes de organizações ligadas aos problemas da terceira idade.

Com eles estiveram ainda, num apoio que a assembleia quis expressamente saudar, numerosos jovens — no aparelho de reprodução de documentos, na sua distribuição, no som, nas pequenas atenções e cuidados de que um ou outro dos participantes de vez em quando carecia.

Dos documentos aprovados mereceu particular destaque o Caderno Reivindicativo dos Reformados, Pensionistas e Idosos, as «Reivindicações Imediatas», e o Programa de Acção do MURPI para os próximos anos.

As «Reivindicações Imediatas» (ou prioritárias) constituem

a síntese dos principais problemas que é urgente resolver, tendo em vista dar o mínimo de condições de vida aos reformados, pensionistas e idosos, que no nosso país são cerca de um milhão e setecentos mil.

Intérprete das reivindicações deste vasto estrato social, o MURPI exige a contenção do custo de vida e que o valor da pensão mínima do Regime Geral, das pensões de invalidez e velhice do Regime Rural e da Pensão Social seja igual à, pelo menos 65%, respectivamente, do salário mínimo nacional, do salário mínimo dos trabalhadores rurais e do salário mínimo dos serviços domésticos.

Simultaneamente exige a indexação, ao custo de vida e ao nível dos salários, de todas as pensões, dos complementos, dos subsídios e de outras prestações.

Exige ainda: o aumento de 10% de todas as pensões do Regime Geral da Previdência iniciadas antes de 1 de Julho de 1983, a fim de que o âmbito do Decreto Regulamentar n.º 9/82, de 7 de Fevereiro, seja alargado a todos os pensionistas; a revogação do Decreto Lei n.º 463-A/82 de 30 Novembro e o pagamento imediato do montante do subsídio de natal em dívida relativamente ao ano de 1982.

A Conferência do MURPI reclamou igualmente a actualização imediata de todas as pensões de acidente de trabalho e

de doenças profissionais e a extensão do Decreto n.º 97/80 às pensões da responsabilidade de companhias de seguros, a criação do Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito, a imediata gratuidade dos medicamentos e a extinção das taxas sobre as consultas, exames auxiliares de diagnóstico e tratamentos, e ainda o restabelecimento do serviço médico à periferia; reclama o desconto de 50% nos bilhetes dos transportes. Contra qualquer forma de marginalização, o MURPI reclama o direito à participação dos reformados na gestão do que lhes diz respeito.

Por último, no âmbito das reivindicações imediatas, foi exigido que o MURPI seja considerado como parceiro social, a favor do que, aliás, vão ser entregues na AR milhares de assinaturas já recolhidas.

A Conferência considerou ainda de máxima importância, quer num extenso Programa de Acção, quer nas conclusões finais aprovadas, o desenvolvimento da organização do MURPI ao nível local, por forma a que os reformados, pensionistas e idosos criem melhores condições para lutar, pela satisfação das suas reivindicações e para promover o convívio e a solidariedade entre esta camada da população, profundamente marginalizada e atirada para a solidão, a miséria e a insegurança.

No Porto limpeza foi mesmo festa!

«Porto, connosco, é limpinho» era a inscrição em milhares e milhares de balões coloridos suspensos nas mãos dos mais pequenos, durante a tarde de domingo — «Dia da Limpeza» na cidade do Porto.

Foi uma iniciativa da campanha de sensibilização para o problema da limpeza da cidade, cujo pelouro na Câmara é da responsabilidade da APU, e que acabou por redundar em grande e festiva manifestação popular.

O desfile pela baixa da cidade, que integrou 30 viaturas de limpeza urbana engalanadas com faixas apelando à limpeza, centenas de cantoneiros enver-

gando a nova e moderna farda, representantes de associações de moradores, associações desportivas, culturais e recreativas, escolas, União dos Sindicatos do Porto e outros sindicatos, mobilizou milhares de populares que se concentraram na Baixa para assistir ao desfile e ao espectáculo que se seguiu com banda e ranchos da cidade.

A iniciativa provou que a operação de limpeza da cidade já conta com a colaboração e empenhamento da população, condição indispensável para a sua efectiva concretização.

«Uma cidade limpa, é uma cidade viva», é outro dos lemas desta campanha de sensibilização que incluía distribuição de brochuras, o que já se verificou neste «Dia da Limpeza», com conselhos fundamentais quanto à limpeza do Porto.

Do programa da iniciativa constou ainda, durante a manhã, uma exposição no Palácio de Cristal de viaturas de limpeza urbana e a demonstração do funcionamento de três delas.

Entretanto, e como o «Avante!» noticiou já na semana passada, inúmeras acções estão programadas e em curso, fazendo parte de um plano de trabalho para três anos, com vista à limpeza da cidade do Porto e sua manutenção.

APU impugna no Machico

O mandatário da APU requereu já ao Tribunal da Relação de Lisboa a impugnação das eleições para a AR na Freguesia de Machico, Região Autónoma da Madeira.

A impugnação foi requerida na base do «escandaloso desrespeito pela lei» que ali se verificou em vários passos do processo eleitoral: os elementos das mesas não foram escolhidos pelos partidos mas pelo presidente da Câmara de Machico, os cadernos eleitorais já estavam descarregados porque tinham sido utilizados em anteriores eleições, mesas houve que não selaram urnas nem fizeram actas. Também na freguesia do Porto da Cruz, ainda no concelho de Machico, houve votos viciados que a Assembleia de Apuramento Geral detectou.

Noutras freguesias — de Cá-

mara de Lobos, Santa Cruz, Ponta do Sol — estas e outras ilegalidades detectadas permitem concluir — segundo a APU do Funchal — que «o PDD/PSD, consciente do descrédito crescente que tem entre as populações, procurou

por todas as formas assegurar uma votação que lhe permitisse continuar a falar em nome das populações que tão mal tem sabido defender». A APU afirma — «tudo fará para que sejam punidos os que desrespeitam a lei».



Plenário das Juntas APU de Lisboa

É uma reunião dos eleitos nas Juntas de Freguesia de maioria APU na capital e dos camaradas mais directamente responsáveis por esse trabalho. Realiza-se no próximo domingo, a partir das 15 horas, no CT Vitória, e tem como objectivos discutir as experiências e realizações mais significativas em cada freguesia e preparar a reunião distrital da APU que no dia 29 de Junho fará o balanço do trabalho deste primeiro semestre.

PCP

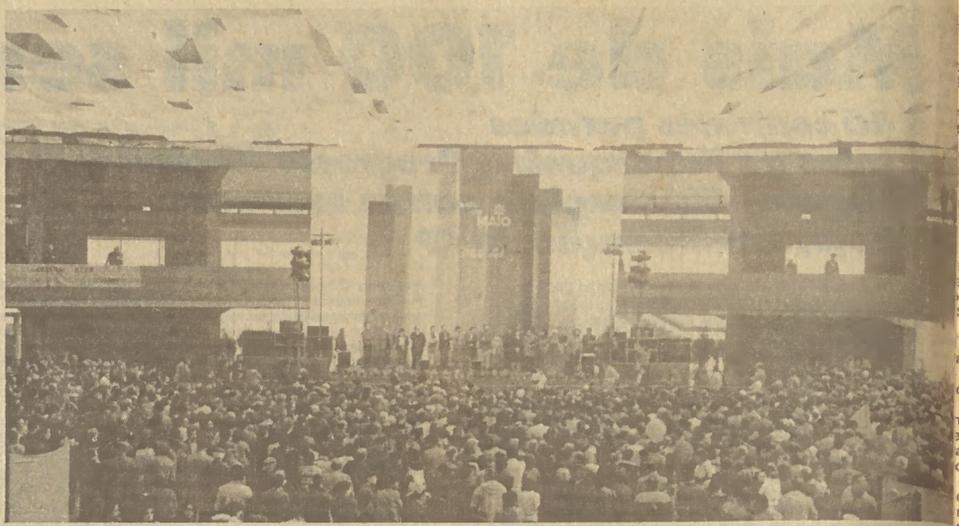
# Alegria e confiança na Festa de Maio no Porto

Sábado passado, no Porto, foi dia da Festa de Maio, no Palácio de Cristal. Pequenas bancas das várias organizações da ORP dispunham-se em semi-círculo no interior do pavilhão. Artesanato, vários utensílios, livros podiam ali ser admirados e comprados. Houve música também. Carlos Cunha, um jovem grupo de música popular, Luísa Basto e João Fernando, foram os animadores daquele início de tarde onde milhares de comunistas do Distrito do Porto conviviam e confraternizaram.

concelhias e sectores profissionais, os camaradas do executivo da DORP, vieram para o palco e constituíram a mesa. A primeira intervenção foi do camarada José Timóteo, do executivo da DORP: «Depois de três anos de luta sem tréguas, tenaz e corajosa, que conduziu finalmente à queda do Governo «AD», e à desintegração dessa coligação de direita, e que derrotou a ofensiva reaccionária contra os direitos e conquistas dos trabalhadores e contra o regime democrático, há boas razões para nos encontrarmos aqui na nossa Festa de Maio.»

Haviam de facto boas razões. A Festa de Maio foi de alegria e confraternização mas também de confiança no futuro. Aquela hora mais e mais gente enchia o pavilhão. Vinham ouvir a opinião do PCP sobre a situação política, sobre as negociações PS/PSD para a constituição do governo, sobre o pacto social, sobre a luta, e as suas perspectivas, pela defesa e prosseguimento de Abril. Interviu então o camarada Álvaro Cunhal (ver nesta página). A festa prosseguirá à noite, mas antes havia que recuperar

forças. Assim, muitas centenas de militantes e amigos do Partido dirigiram-se para o Pavilhão do CT de Anibal Cunha, onde se realizou um jantar. Comeu-se bem... e barato, confraternizou-se, conversou-se, foi um momento alegre em que também participou o camarada Álvaro Cunhal. Às 21 e 30 retornou-se ao Palácio para o encontro com Paulo de Carvalho e a «Banda de Cá», num espectáculo de boa música. E no fim, quem quis e ainda teve forças, dançou ao som da música do «Roxus».



## «A sorte de um governo PS/PSD será a mesma que teve o governo «AD»»

Antes de mais, saúdo os membros do Partido e os outros democratas que conosco participaram na Aliança Povo Unido assim como os trabalhadores e o povo do Porto pelos resultados muito positivos que alcançaram nas eleições antecipadas de 25 de Abril. Esses resultados constituíram uma importante contribuição para a derrota dos partidos da «AD» e para o avanço e a confirmação como grande força nacional do nosso Partido e dos democratas mais conscientes.

### Os factos comprovam as advertências do PCP

Muitas vezes prevenimos, no decurso da campanha eleitoral, que o PSD e o CDS estavam irremediavelmente condenados a serem derrotados nas eleições, a ficarem em minoria na Assembleia da República e que seriam por isso criadas condições para serem afastados do governo e de qualquer maioria na Assembleia da República. Houve quem duvidasse dessa nossa afirmação. Mas com a derrota estrepitosa do PSD e do CDS os resultados eleitorais confirmaram inteiramente a nossa previsão.

### A oportunidade institucional duma alternativa e a carta do PCP ao PS

Os resultados das eleições mostraram que o nosso povo, que havia ficado corajosamente frente à política da «AD» e que com a luta atirou abaixo o governo «AD», atirou abaixo a maioria «AD» na Assembleia da República e atirou abaixo o plano liderado por Freitas do Amaral de assalto às Forças Armadas e sua instrumentalização, — o nosso povo também através do voto rejeitou a «AD», os partidos que a compunham e a sua política. Mostraram a vontade de mudança, a vontade de uma alternativa democrática. Existia uma tal possibilidade? Sim no ponto de vista institucional, tal possibilidade existia e podemos dizer que existe ainda. E existia e existe porque PSD e CDS ficaram em minoria na Assembleia da República e porque socialistas e comunistas detêm a maioria de deputados.

### Um governo PS/PSD trai a vontade política do eleitorado

Em 1980-81 o povo português, com a classe operária na vanguarda, conduziu uma luta corajosa, por vezes heróica, em defesa dos seus interesses vitais e das conquistas de Abril, uma luta contra a política antipovo, antidemocrática, antinacional do governo «AD».

O povo português, com a classe operária na vanguarda, conduziu uma luta corajosa, por vezes heróica, para impedir que a «AD», instalada no governo e disposta de maioria de deputados na Assembleia da República, levasse por diante o seu plano golpista que, ao abrigo da Constituição e da Lei de Defesa Nacional — aprovadas uma e outra com o colaboracionismo do secretário-geral do PS — lhe permitisse tomar de assalto as Forças Armadas para depois as utilizar para esmagar a resistência popular e liquidar a democracia.

Essa luta, conduzida particularmente ao longo de 1980 e 1981, traduziu-se em grandes manifestações, em continuadas e grandes greves (das quais duas grandes greves gerais) e em numerosas outras formas de acção. Foi uma luta que custou muito trabalho, profunda dedicação, elevada consciência política, sacrifícios e até sangue de trabalhadores, que a repressão reaccionária fez verter nos campos e nas ruas. Os objectivos da luta dos trabalhadores e do povo português nos últimos anos foram claramente definidos, adoptados, assimilados, seguidos e tiveram um elevado poder mobilizador. Esses objectivos foram a demissão do governo «AD», a dissolução da Assembleia da República, a realização de eleições gerais antecipadas.

Os resultados eleitorais demonstraram de forma irrefutável que a maioria esmagadora do eleitorado votou contra a «AD», contra o PSD, contra o CDS e contra a política destes partidos. Estamos absolutamente certos de que a maioria dos eleitores que votaram no PS, votaram no PS para votarem contra a «AD», para votarem contra o PSD e o CDS, para votarem contra a política desses partidos, para votarem numa alternativa democrática. Mas o secretário-geral e outros dirigentes do PS passaram por cima de tais factos.



do Departamento de Comunicação, 12-5-83). Vai avançando à sorte a disponibilidade para negociar com o PSD e o PS uma nova revisão da Constituição. E um dirigente do CDS é ainda mais claro: «Ao fim e ao cabo (disse ele) eles vão fazer o que de fundamental nos interessa, sem que a gente se desgaste». «O CDS, embora de fora, vai continuar no governo. Não precisamos de fazer mandamos fazer» (DL, 7-3-83).

Pode afirmar-se com sólidos fundamentos que a formação pelo PS de uma coligação governamental com, pelo menos, o principal partido da «AD» — o PSD — alargada ou não ao CDS desrespeita frontalmente o sentido do voto das últimas eleições, nomeadamente o sentido do voto no PS. Estamos por isso também certos de que na luta contra a formação do governo PS/PSD — alargado ou não ao CDS — não nos encontramos só nós comunistas, com democratas que conosco participaram na Aliança Povo Unido, mas se encontram também numerosos membros e eleitores do PS.

ção. Mas, ao fazer o que chamou de «diagnóstico» da crise a boca fugiu-lhe para a verdade. Nas suas próprias palavras, tornou claro que um governo sob a sua liderança significaria: impedir o crescimento da produção nacional; subir os preços, agravando a inflação; aumentar a taxa de desemprego; cortar regalias sociais; diminuir o rendimento dos portugueses; subir a taxa de juro; deixar cair na falência empresas consideradas inviáveis; cortar nos investimentos públicos; anular grandes projectos nacionais de que depende o nosso desenvolvimento económico; desvalorizar o escudo; contrair novos e mais gravosos empréstimos externos submetendo-se às exigências do FMI; e vender o ouro.

Querem porventura respeitar as transformações que, com a revolução de Abril, se deram na organização económica, transformações que ficaram consignadas na Constituição como matéria insusceptível de revisão e que constituem portanto parte integrante do regime democrático português? Não. Tanto CDS, como PSD, como PS preparam a destruição das nacionalizações e da reforma agrária. Quanto às nacionalizações — para principiar — uma nova lei da chamada «delimitação dos sectores» autoriza a entrada inconstitucional na banca do capital privado ao que se seguiriam outros golpes nessa grande conquista democrática.

Quer dizer. Desde já se anuncia que o governo PS/PSD tem como prioridade das prioridades continuar a obra de destruição realizada pelos governos «AD». O PSD diz querer instituir em Portugal uma «economia de mercado», o CDS fala de «uma economia social de mercado», o PS (tal como o CDS) fala também de «economia social de mercado». Estas expressões, à primeira vista tão inocentes, o que significam? Significam apenas uma coisa: a restauração do capitalismo monopolista. Os dirigentes do PS são aliás mais explícitos. Quando o dr. Mário Soares defende «a reconstrução do tecido económico e social afectado em 1975 e indispensável para a viabilização da economia portuguesa» o que quer isto dizer senão que o PS coloca já assim abertamente no seu programa a restauração do poder dos grupos monopolistas ou seja daqueles que exploraram e oprimiram o povo nos 48 anos de fascismo e cujo poder a revolução de Abril justamente destruiu?



em segundo lugar. Qual a posição do CDS, do PSD e do PS em relação ao chamado «pacto laboral»? A linha fundamental é também a mesma. CDS e PSD anunciam o mesmo «pacto laboral» que a «AD» se preparava para fazer aprovar pela maioria que tinha na Assembleia da República: novas leis sobre a contratação colectiva, sobre os contratos a prazo, sobre os despedimentos, sobre férias e ausências, sobre o direito à greve.

«Socialista» mas aos trabalhadores que pouco têm e tudo produzem. Vê-se pois como se identificam em questões fundamentais, os objectivos dos partidos reaccionários e os dos dirigentes do PS. Estamos profundamente convencidos de que, se tivéssemos disso consciência, uma grande parte daqueles que votaram no PS não teriam votado nele. Certamente muitos já estão a esta hora arrependidos e cada dia que passa um número ainda maior se arrependerá. E já agora, outra anedota que por aí se conta. A aliança que está a cozinhar é PS/PSD. Sabeis o que querem dizer estas letras? PS= Pacto Social. PSD= Para Ser Derrotado.

centralização de capitais com vistas à restauração do poder dos monopólios que existiram no tempo da ditadura fascista. Sendo embora uma imposição aos trabalhadores, o «pacto social» caracteriza-se (e por isso toma esse pomposo nome de «pacto») por tentar aparecer como o resultado de uma negociação entre partes iguais, — trabalhadores, capitalistas e Estado — aceitando vavelmente os termos do acordo.

Como se propõe então o futuro governo PS/PSD (se se vier a formar) concluir o «pacto social»? Desde já se desenvolvem quatro caminhos. O primeiro é tentar pressionar e forçar as estruturas sindicais representativas a assinar o «pacto social».

Lucas Pires fala de «organização do diálogo social» (22-3-83) — organismos de carácter corporativo, onde estariam a boa maneira a Câmara Corporativa do tempo do fascismo, organizações patronais autênticas e docéis organizações falsamente representativas dos trabalhadores. Mário Soares acompanha Lucas Pires nas mesmas águas. «O diálogo deve estar institucionalizado» (DL, 12-5-83), talvez num Conselho Económico e Social onde o patronato e o governo ao seu serviço teriam a maioria.

O terceiro caminho para o «pacto social» é o «pacto social» com os fantechos da IGT e da UGT e com os fantechos de todos os sindicatos e todos os trabalhadores em condições constantes em tal «pacto».

Uma política que não serve, que o povo não quer, que será derrotada. Por tudo isto se vê que um governo do PS com o PSD, tal como se prepara, na sua política pouca diferença fará dos governos «AD» e «AD». Só pessoas iludidas pela demagogia ou de delicadeza angélica podem conceder ao governo PS/PSD em formação «o benefício»

# Baleizão - a luta continua!

vida". Nas suas linhas fundamentais, o que PS e PSD preparam: não oferece dúvidas.

Quando o dr. Almeida Santos diz que o PS não vai para o governo com o PSD ao colo nisso tem plena razão. De facto, o PS não leva o PSD ao colo. Leva-o às cavallitas!

O dr. Mário Soares pelo seu lado diz que o governo PS/PSD marcará uma mudança do poder político de centro-direita para o centro-esquerda.

Ora o que caracteriza um governo, não é tanto o partido ou partidos que o formam, como a política que pratica.

Os factos mostram a evidência que, ao forjar-se uma coligação PS com o PSD, não se trata de uma aliança do PSD com o PS para praticar uma política de esquerda. Trata-se de uma aliança do PS com o PSD para praticar uma política de direita.

E que fique bem claro.

Não seria a participação no governo de qualquer democrata que deixasse tentar pela ilusão da sua própria intervenção ou se deixasse tentar pelas vantagens pessoais do cargo, que alteraria esse no que fosse a natureza de direita da política de um Governo PSD.

Que fique também bem claro que, com a política que se dispõem executar, não solucionarão nenhum dos grandes problemas nacionais, antes os agravarão a todos.

Além disso, em nome da estabilização propõem-se realizar uma política que será inevitavelmente altamente desestabilizadora.

E como já prevêm a resistência certa dos trabalhadores, das massas populares, do povo português, dos democratas, e certamente também de muitos que nelas votaram nas últimas eleições, começam a brandir ameaças contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra a legalidade democrática, contra a Constituição.

Todos eles falam muito na necessidade do "reforço da autoridade". Todos falam na restrição, correcção ou eliminação do direito à greve. Todos falam em reforço de aparelhos repressivos. Todos ameaçam antecipadamente a futura oposição.

Alguns, como o dr. Almeida Santos vão ao ponto de dizer que quem exercer os direitos de oposição (em termos que um futuro governo considere "destrutivos") "incorrerá, entre outros riscos, no de ser acusado de falta de patriotismo e de amor à democracia" (DL 4-5-83). Nem menos!

Falam já em reacender a guerrilha institucional, contra qualquer possível veto do Presidente no exercício dos seus poderes e contra qualquer declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional. Falam uns em violar a Constituição mesmo sem a rever. Falam outros em rever novamente a Constituição. Outros mais expõem (como o Pr. do Gov. Regional da Madeira) falam em "rasgá-la". Trata-se de uma política que não convém, que não serve, que o povo não quer nem querera.

Um governo PS/PSD, alargado ou não ao CDS com participação directa ou colaboração indirecta, é uma falsa solução, tanto para a crise económica, como para a crise social, como para a crise política.

Com uma tal base e com uma tal política não é governo para durar muito. É um governo inevitavelmente condenado à derrota.

Não pode deixar de chamar a atenção o facto de passar o tempo, os dias, as semanas, um mês já depois das eleições e os dirigentes do PS e do PSD não mostrarem grande pressa em formar governo.

Por um lado há sem dúvida dificuldades internas.

Por outro, há a redeia à solta ao Governo Balsemão para que este, demitido, em véspera de ir de vez para a rua, continue a tomar medidas verdadeiramente criminosas contra o povo e contra as consciências democráticas, como é essa redução ilegal dos salários de trabalhadores de empresas declaradas em "situação económica difícil", como são novos roubos das terras e bens das cooperativas da Reforma Agrária.

Mário Soares e Mota Pinto, projectam medidas semelhantes, esmagam as mãos, porque melhor é não serem eles a tomar a responsabilidade de medidas tão impopulares e que fique como bode expiatório o seu amigo Balsemão, já de mala aviada.

## A luta continua Portugal de Abril vencerá

Se for por diante um governo PS/PSD, tal como se prepara, os trabalhadores, o povo português, os democratas, — no quadro da legalidade democrática e no exercício das liberdades e direitos que a Constituição confere aos cidadãos, — dar-lhe-ão tão firme combate como deram ao governo 'AD'.

E porque em Portugal a democracia continua a ter mais força que a reacção, a sorte de um tal governo será a mesma que teve o governo 'AD'.

Os dirigentes reaccionários e os dirigentes do PS desenvolvem uma intensa campanha para convencer os portugueses de que a aliança PS/PSD é "inevitável" e a política que os dois propõem é "fatal".

A verdade é que nem a maioria PS/PSD é "inevitável" nem tal política é "fatal".

As eleições, dando maioria numérica a socialistas e comunistas, ampliada ainda a outros democratas, mostraram, possível uma nova maioria, que institucionalmente é possível, uma solução governamental democrática assente nessa maioria.

Só não se concretiza porque os dirigentes do PS, lançam a numa aliança com a direita e numa política de direita, fecham o caminho a uma tal alternativa.

Quanto à política, o nosso Partido já demonstrou que "este é um partido capaz de fazer o país sair da crise, capaz de dinamizar a produção, capaz de assegurar o melhoramento das condições de vida do povo português, no quadro da democracia, da independência nacional, da segurança, da tranquilidade e da paz.

E uma política que assenta na mobilização dos recursos, energias, capacidades, potencialidades de Portugal e dos portugueses.

E uma política que assenta no respeito da realidade das estruturas económicas criadas com a revolução democrática e no apoio e dinamização sem discriminações de todas as formações ou sectores da economia portuguesa: o sector nacionalizado, o sector privado, as UCPs/Cooperativas da reforma agrária, o sector cooperativo em geral, o sector autogerido, as pequenas e médias explorações agrícolas, os pequenos e médios empresários industriais e comerciais.

Apoio e dinamização de todos, sem que uns queiram devorar os outros e sem que por cima de todos salte o tigre do grande capital a querer arruinar os pequenos e a tomar conta de tudo.

E uma política que vê no aumento dos salários reais, no reforço do poder de compra da população, na luta efectiva contra o desemprego, os contratos a prazo e os despedimentos, na solução dos problemas dos jovens e das mulheres, na baixa dos preços dos factores de produção, nos preços compensadores aos produtores agrícolas, na baixa da taxa de juro, na eliminação dos aumentos das rendas comerciais, não medidas opostas à recuperação económica, mas medidas não só compatíveis como necessárias à recuperação económica e ao desenvolvimento do país.

Se há medidas de austeridade a tomar que não se pretendam impor repressões ainda mais gravosas aos trabalhadores para os capitalistas acumularem cada vez mais, que se não pretenda reduzir ainda mais o nível de vida da maioria esmagadora dos portugueses, designadamente das camadas mais desfavorecidas, ao mesmo tempo que se distribuem centenas de milhões de contos aos capitalistas, se reclamam maiores lucros para eles e se pretende, talvez como exemplo de nova austeridade aumentar desde já o que ganham os ministros e os deputados.

A política que propomos é a única política assente na legalidade democrática, que poderá garantir a estabilidade económica, social e política.

A vida mostrará que tal política acabará por impor-se não só como necessária, mas como indispensável para fazer o país sair da crise, para assegurar o futuro livre, democrático, próspero e independente de Portugal.

A vida mostrará também que os problemas nacionais não poderão ser resolvidos enquanto os governos tomarem como objectivo da sua acção a luta contra os direitos dos trabalhadores e a luta contra o PCP.

A vida mostrará que só com os trabalhadores e com os comunistas os problemas nacionais poderão ser resolvidos.

Por isso, também, a participação do PCP no governo acaba por impor-se como indispensável para que Portugal possa sair da crise, para que a economia nacional saia da estagnação, para se resolverem os desequilíbrios externos, para que melhorem as condições de vida do povo, para que sejam asseguradas as liberdades e direitos dos cidadãos, o regime democrático, a independência, a segurança e a paz da nossa pátria.

A reacção sofreu estrondosas derrotas nos últimos meses. A democracia continua a ser mais forte que a reacção.

Os trabalhadores contam com um poderoso e incorruptível movimento sindical unitário, organizado em torno da CGTP-IN.

Os pequenos e médios agricultores, os jovens, as mulheres, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os reformados, os deficientes contam com fortes organizações e grandes movimentos.

O nosso glorioso Partido, continua não só de pé, mas cada vez com mais largo e activo apoio, cada vez com mais prestígio, pela seriedade das suas propostas e soluções, pela clareza e coerência da sua acção, pela sua capacidade, pelo seu conhecimento dos problemas, pela sua profunda e indestrutível ligação à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares, pela sua intervenção na vida nacional inteiramente ao serviço do povo e da pátria.

O povo português, com a classe operária na vanguarda está em condições de conquistar o bem-estar e de assegurar o futuro democrático de Portugal.

Todas as tentativas reaccionárias serão derrotadas.

A luta continua. Portugal de Abril vencerá.

Viva a unidade dos trabalhadores!  
Viva a unidade dos democratas!  
Viva o Partido Comunista Português!

Pela décima vez — a primeira foi há nove anos, logo após o 25 de Abril de 1974 — muitos milhares de pessoas concentraram-se em Baleizão, na homenagem a Catarina Eufémia. De novo aí se deslocou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, que participou no comício realizado após a romagem à campa de Catarina.

Uma hora antes do tempo apurado, já muitos forasteiros tinham "Invadido" Baleizão. Da região vinham os atrelados, os camiónes a abarrotar de trabalhadores da Reforma Agrária. De mais longe chegaram autocarros, excursões, automóveis. Uma multidão viva que encheu as ruas da aldeia, cantando e gritando palavras de ordem.

Depois da romagem ao cemitério, Álvaro Cunhal desceu a comprida Rua da Ladeira, acompanhado por muitos milhares de pessoas que o aguardavam ao longo do caminho e se incorporaram num impressionante desfile até ao largo fronteiro ao Centro de Trabalhos do PCP, confluência de duas ruas que ficaram cheias a perder de vista.

Para cima de um atrelado

onde fora montada a instalação sonora e a tribuna, subiu o secretário-geral do PCP, que estava acompanhado pelos camaradas António Gervásio, da Comissão Política, Francisco Miguel e José Soeiro, do Comité Central e, ainda, pelo camarada Carreira Marques, presidente da Câmara Municipal de Beja, além de outros dirigentes locais e regionais do Partido.

A primeira a falar foi uma camarada da Reforma Agrária, cujo discurso, evocando Catarina Eufémia e a sua luta, prolongada hoje nos campos do Alentejo, comoveu os presentes. Depois, um jovem de Baleizão tomou a palavra numa saudação da JCP. Seguidamente falou o camarada José Soeiro, que foi recentemente eleito deputado por Beja.

José Soeiro sublinhou na sua intervenção, o apoio da Comissão Distrital de Beja do PCP a uma iniciativa autárquica contra o trânsito e estacionamento de armas nucleares na Base de Beja, afirmando que em vez de armas, os trabalhadores aceitarão bem outras «ajudas», como camiónes, tractores e outros instrumentos de trabalho.

### As derrotas da direita

Depois de saudar os presentes na homenagem a Catarina, José Soeiro estendeu essa saudação a todos quantos contribuíram para as sucessivas e estrondosas derrotas da direita.

No nosso distrito, afirmou, a primeira e sem dúvida a sua maior e mais importante derrota, consiste no facto de que essa maravilhosa conquista que é a Reforma Agrária continua de pé, luta e pulsa cada vez mais forte no coração de todos nós enquanto transformação histórica indispensável para o progresso e o bem-estar do nosso povo e da nossa terra.

A conquista da Câmara de Ourique ao PPD pela Aliança Povo Unido em 12 de Dezembro e a perda pela direita, em 25 de Abril, do único deputado que tinha eleito pelo nosso distrito na Assembleia da República constituem mais duas pesadas derrotas do PPD e do CDS que uma nova situação que reflecte, de forma clara e inequívoca, o repúdio do povo do distrito de Beja à política reaccionária



praticada por estes partidos no Governo.

Defender o Portugal de Abril no nosso distrito, disse mais adiante o novo deputado do PCP, significa prosseguir com firmeza e de forma organizada a nossa luta em defesa da Reforma Agrária e pelo apoio aos pequenos e médios agricultores; pelo relançamento do projecto do Alqueva cujas obras continuam paralisadas; pelo racional aproveitamento dos recursos minerais existentes no distrito com destaque para as Pirites Alentejanas de Aljustrel e Neves Corvo, o que exige a instalação da metalurgia do cobre em Portugal e o desenvolvimento do Plano Siderúrgico Nacional; pelo

apoio às pequenas e médias empresas como a «Metalúrgica Alentejana a Forma», o «Roxo», a «Pátria», os «Pizões» e tantas e tantas outras que carecem de apoios urgentes sob risco de algumas delas terem de fechar as suas portas lançando para o desemprego centenas de trabalhadores.

Defender o Portugal de Abril é lutar decididamente para que as nossas Câmaras sejam dadas as verbas a que têm direito pela Lei das Finanças Locais em vigor, sem as quais não será possível resolver os inúmeros problemas que afectam as nossas vilas e aldeias pondo mesmo em risco o emprego de centenas de trabalhadores que

nas Câmaras asseguram a sua subsistência.

Defender o Portugal de Abril disse por fim José Soeiro, é avançar corajosamente na luta pela Paz e pela Independência Nacional para que na Base de Beja nunca transitem, se armazem ou instalem armas nucleares, nem sirva de apoio à força de intervenção rápida norte-americana, cujo fim seria agredir outros povos com quem temos todas as vantagens em manter relações de Paz e Cooperação, como aliás consagra a nossa Constituição.

A encerrar o comício tomou a palavra o secretário-geral do Partido Comunista Português, num discurso que referimos noutra página.



Intervenção de ALVARO CUNHAL



## O múltiplo significado de um dia

Camaradas: O dia de hoje tem para nós múltiplos significados. É a homenagem a uma heroína do povo, mulher que viveu, lutou, deu a vida em defesa dos interesses e do futuro dos trabalhadores.

É uma afirmação da determinação de luta do proletariado alentejano, porque Catarina não só é um exemplo dum militante comunista mas um símbolo da consciência de classe, do espírito de luta de toda a classe.

É uma afirmação da vontade de defender, continuar e realisar inteiramente a Reforma Agrária.

É uma afirmação da determinação do Alentejo proletário, popular, de defender Portugal de Abril.

É também uma afirmação do papel do PCP, como contestada vanguarda dos trabalhadores na luta pela Reforma Agrária e na sua defesa.

A situação política tem sido ao longo dos anos, extremamente instável.

Cada ano, quando aqui nos reunimos, reunimos em condições políticas diferentes.

No ano passado, avançava a galope a contra-revolução dirigida pelos governos «AD».

Com a revisão da Constituição e a Lei de Defesa Nacional era a ameaça do golpe de Estado num futuro próximo imediato.

Os objectivos que então se colocavam na nossa luta eram a demissão do governo «AD», a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas.

O povo, tendo a classe operária na vanguarda, lutou com tenacidade, heroísmo e confiança e esses objectivos foram alcançados. O governo «AD» foi demitido, Balsemão foi para a rua. Freitas do Amaral foi para a rua. Fracassou o plano de assalto às forças armadas. Fracassou a tentativa de formação de um novo governo «AD». Foi dissolvida a Assembleia da República onde havia maioria «AD». E foram realizadas as eleições.

O resultado das eleições confirmou essas estrondosas derrotas da «AD», deixou de haver maioria «AD»; o povo votou contra a «AD» para que PSD e CDS saíssem do governo, para uma alternativa democrática.

Nós festejámos a derrota da «AD», alertámos contra o perigo: a continuação do PSD (e CDS) no governo pela mão do PS.

Confirmando as previsões e advertências do PCP é isso que Mário Soares está a cozinhar: um governo do PS com o PSD.

Governo do PS com o PSD para que política? Podemos estar absolutamente certos.

A constituir-se tal governo, será o agravamento das condições de vida dos trabalhadores; será o aumento de preços; será o desprezo pelos pequenos e médios agricultores; será a estagnação da produção industrial e agrícola; será a ofensiva contra as nacionalizações e a reforma agrária; será o sacrifício dos grandes planos de desenvolvimento (como o do Alqueva e o das pirites alentejanas); serão as concessões aos Estados Unidos, designadamente facilidades na Base de Beja.

Muitos dos que votaram no PS votaram enganados. Muitos estão já arrependidos.

Se se formar tal governo, com tal política, os trabalhadores e o povo em geral dar-lhe-ão combate como deram combate ao governo «AD».

E estamos absolutamente certos de que um governo que continue a política do governo «AD» estará condenado à derrota.

Entre os problemas fundamentais da situação política e económica do País destaca-se a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária constituiu e continua a constituir um imperativo de carácter económico, social e patriótico.

No domínio da produção e do desenvolvimento agrícola os trabalhadores desbravaram, cultivaram terras abandonadas, diversificaram as culturas, aumentaram a produção agrícola e o efectivo

pecuário, construíram novas instalações, introduziram numerosas melhorias.

No domínio das condições de trabalho e de vida a Reforma Agrária pôs fim ao desemprego e aumentou os salários, introduziu valiosos benefícios sociais, assegurou às crianças condições que jamais tinham tido os seus pais, realizou importantes obras de apoio à terceira idade, desenvolveu importantes iniciativas culturais.

A Reforma Agrária é uma realização de alcance e significado históricos. Na Reforma Agrária, os trabalhadores mostram ser capazes de dirigir e orientar a agricultura, de aumentar a produção e a produtividade, de realizar em pouco tempo uma obra notável em contraste com as explorações agrícolas privadas onde o atraso e as terras abandonadas são as marcas da propriedade privada dos latifundiários.

A ofensiva contra a Reforma Agrária é uma história já larga de ilegalidades, de abusos, de violências, de destruições e de crimes.

São verdadeiros crimes o roubo de terras, as reservas ilegais, as alterações e majorações de reservas, as distribuições a falsos agricultores, o roubo de máquinas e de gados, o corte de crédito, o roubo da cortiça, o processo de execuções fiscais por falsas dívidas ao Estado quando este se recusa a pagar 16 milhões de contos que deve às UCPs/Cooperativas.

É um verdadeiro escândalo o tratamento discriminatório para as UCPs/Cooperativas às quais é negado tudo aquilo que se reconhece ou facilita aos latifundiários.

No que respeita à cortiça reconhecem a propriedade da cortiça aos agrários, mas pretendem que a cortiça das UCPs/Cooperativas vá para o Estado.

No que respeita ao Crédito Agrícola de Emergência foi cortado

às UCPs mas é concedido para investimentos aos agrários que entretanto os gastam como melhor entendem, de forma que os Mercados aparecem para aí como cogumelos.

No que respeita às dívidas são perdoadas aos agrários, suspendendo processos em curso, ao mesmo tempo que se multiplicam as Execuções fiscais às UCPs e o Governo se recusa a converter em linhas de crédito a longo e médio prazo valores gastos pelas UCPs em investimentos.

As UCPs é descontado dinheiro do CAE no acto de liquidação dos cereais entregues ao mesmo tempo que aos agrários nada descontam.

E mostrando com arrogância o seu comportamento completamente ilegal, o Governo «AD» demitido recusa cumprir as decisões do Supremo Tribunal Administrativo.

Até 12 de Maio de 1983 foram pronunciados 171 Acórdãos favoráveis às UCPs/Cooperativas, 144 de anulação das decisões do Governo, 22 suspendendo a execução, 116 transitaram em julgado.

E entretanto o MAP não cumpre as decisões dos tribunais, entrega as terras e não as devolve. Nem num só caso o Governo restituiu as terras às UCPs/Cooperativas.

O Governo coloca-se fora da Lei, fora da Justiça, fora do Direito. Governo que usurpa o Poder, o Governo coloca-se em completa rebelião ao recusar-se a cumprir as decisões dos tribunais.

Quais os resultados da ofensiva contra a Reforma Agrária?

Foi a paralisação do progresso agrícola, a destruição de colheitas, a destruição de lagares e benfeitórias, a destruição de gado,



PCP



**Intervenção**  
de **ALVARO CUNHAL**

máquinas roubadas a criar ferrugem, terras entregues aos agrários e abandonadas e o desemprego que aumenta dia a dia, **elastrando de novo a miséria e a fome.**

A ofensiva contra a Reforma Agrária viola frontalmente a Constituição, contra a legalidade democrática, contra os direitos dos trabalhadores, contra o bem-estar do povo, contra a produção agrícola, contra a economia nacional, contra os direitos e as liberdades dos cidadãos.

A ofensiva contra-revolucionária tem assestado duros golpes na Reforma Agrária.

Mas os trabalhadores defenderam heroicamente a Reforma Agrária, com as acções de massas, com resistência a brutais intervenções repressivas, a espancamentos e baleamentos, com sangue de trabalhadores assassinações, e com trabalho incansável para assegurar a produção.

Em 1976 os inimigos da Reforma Agrária pensavam que iriam rapidamente destruí-la.

Mas não o conseguiram. 7 anos passados, a Reforma Agrária continua de pé, continuam de pé 279 UCPs/Cooperativas, em mais de 500 000 ha de terra e em breve, em 23/24 de Julho a 7.ª Conferência da Reforma Agrária, grandiosa realização com 2 500 delegados das UCPs/Cooperativas, do sector privado, dos agricultores e de técnicos, será uma poderosa afirmação da Reforma Agrária como realidade nacional inseparável do regime democrático. Será a decisão colectiva e democrática acerca da orientação dos trabalhadores para defesa da Reforma Agrária e dos seus direitos, para o aumento da produção e da produtividade. Será uma confirmação da determinação dos trabalhadores em defender a mais bela conquista da Revolução.

Que há a esperar de um governo PS/PSD quanto à Reforma Agrária?

Nós lembramo-nos que a ofensiva começou com o governo PS sozinho e foi-se agravando até adquirir aspectos de criminosa cruzada com os governos «AD».

De um governo PS/PSD há a esperar novos ataques à Reforma Agrária.

Que ninguém ponha dúvidas em que o PCP lutará firmemente em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, em defesa da Reforma Agrária, por uma alternativa democrática, por um governo democrático.

Apoiamos inteiramente a reclamação dos Secretariados e União das UCPs/Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, de 11.5.83 para que o governo a formar delixe em paz as UCPs/Cooperativas para que elas possam trabalhar e produzir.

Apoiamos inteiramente as reclamações:

- Fim da ofensiva e dos ataques à Reforma Agrária;
- Rectificação das ilegalidades cometidas;
- Reposição da legalidade democrática com cumprimento dos Acordãos do STA, dos quais 114 transitados em julgado;
- Fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária;
- Apoio técnico, preços justos e crédito acessível;
- Acerto de contas entre o Estado e as UCPs/Cooperativas;
- Revogação da legislação contra a Reforma Agrária, designadamente da lei-roubo da cortiça;
- Fim à corrupção e ao compadrio no MAP e Serviços Regionais;
- Fim às terras abandonadas e ao desemprego;
- Criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores das UCPs/Cooperativas investirem e produzirem em paz e segurança.

Hoje, aqui, em homenagem à militante comunista caída na luta, podemos confirmar que os trabalhadores sempre contaram, contam hoje e contarão sempre na sua luta com o PCP.

Sempre, com os trabalhadores, sempre com o povo, o PCP continuará a luta em defesa dos interesses vitais de quem trabalha, em defesa da Reforma Agrária, em defesa do Portugal de Abril!

A luta é dura e difícil, mas a nossa causa é invencível e acabará por vencer.

Os direitos dos trabalhadores serão assegurados.

As terras roubadas serão recuperadas.

As terras abandonadas pelos agrários passarão para as mãos dos trabalhadores, serão cultivadas, por-se-á fim ao desemprego.

A Reforma Agrária (parte inalienável do regime democrático português e imperativo económico e social do País) retomará o seu curso, os latifúndios serão liquidados e as terras dos latifúndios serão entregues a quem trabalha - aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores.

Continuaremos a luta contra a formação de um governo do PS com os partidos reacçãoários a fim de continuar no essencial a política da «AD».

Se for formado acabará por ter a mesma sorte do Governo «AD».

Continuaremos a luta pela formação de um governo democrático no qual, para que os grandes problemas nacionais sejam resolvidos, é condição indispensável a participação do PCP.

(Discurso pronunciado de Improviso)

**Festa do SADO**

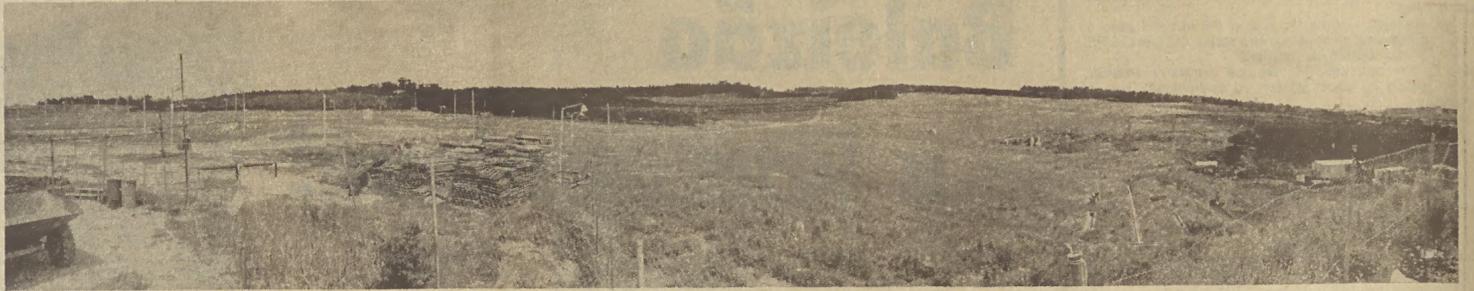
28/29 de Maio 1983

PARQUE DO ATLÉTICO  
(T É N I S)

ALCÁÇER DO SAL

Adquira já a sua  
ENTRADA 2 DIAS

COMISSÃO CONCELHIA DE ALCÁÇER DO SAL DO P.C.P.  
COMISSÃO CONCELHIA DE ALCÁÇER DO SAL DA J.C.P.



## No Alto da Ajuda diz-se com entusiasmo: «Vamos pôr de pé esta Festa!»

“Sou relojoeiro e hoje estou aqui a fazer outro género de trabalho de precisão: carregar estas placas de madeira...”

Alto da Ajuda, último domingo, ao fim duma manhã fresca em que o sol tenta por vezes dar um arzinho da sua graça. No refeitório, a panela está ao lume e a caldeirada (algarvia) de chocos com ervilhas e batatas já cheira... Cá fora trabalha-se com ritmo. Afirmam-se algumas ferramentas. Lubrificam-se viaturas. Deslocam-se materiais variados. Prossegue a cobertura dos armazéns com chapas de zinco. Os toldos, já lavados que em tempos fizeram de toldado, estão também a ser devidamente recuperados e arrumados. “Isto ainda mal começou e já aqui se depara a grande variedade de tarefas que temos à nossa frente. A ajuda de todos os camaradas e amigos é, na verdade, a base desta bela Festa. Sem essa ajuda estes trabalhos nunca seriam concretizados. A participação voluntária nos próximos fins de semana, ao fim do dia durante a semana e sempre que possível, é absolutamente necessária e, à semelhança do que tem acontecido nos outros anos, é com confiança e optimismo que encaramos a implantação da nossa Festa”, diz-nos um dos camaradas, empoleirado numa estrutura de tubos.

Faz-se uma pequena pausa no trabalho. A reportagem do “Avante!” quer recolher opiniões e inteirar-se da situação. Surge novamente em primeiro plano a questão do trabalho voluntário. Recordam-se exemplos de anos anteriores. Fala-se de camaradas que aqui trabalharam nas suas férias. Recordam-se outros que nunca falharam a sua participação nestes trabalhos. Há quem lembre ainda a presença alegre de muitos jovens que depois de terminadas as suas actividades escolares - lá para o mês de Julho - avançam para a Ajuda. A FIL, o Jamor e o Casalinho da Ajuda são pontos de referência obrigatórios. Recordam-se tudo um pouco... “Águas passadas não movem moinhos”, adianta um dos camaradas que está

connosco nesta conversa domingueira. “É verdade! Agora é preciso é mobilizar forças para pôr de pé a Festa deste ano. E bem vistas as coisas não há tanto tempo como se pensa. Mal está aqui está no fim. Depois temos Junho, Julho e Agosto. Três meses, noventa dias, mas não esquecer que está muita gente de férias. E depois, bem... depois nos poucos dias de Setembro que antecedem a Festa é só para retoques...”, alerta outro camarada.

Por muito que se converse, o tema acaba sempre por bater à mesma porta. Trabalhar na Festa. Quem? Como? Rapidamente as palavras soltam-se e dum interrogatório talvez demasiado óbvio nascem respostas prontas e directas: “A Festa do “Avante!” precisa de todos. E isto nunca é de mais repeti-lo. A Festa constrói-se principalmente na base da solidariedade e da militância dos comunistas. E também com a colaboração de muitos amigos. Quem pode aqui vir ajudar? Para além das profissões de cada um, a vontade e a participação são tudo o que há de mais importante”.

Acréscenta um camarada do Secretariado da Festa: “Se neste momento necessitamos particularmente de montadores de tubo, carpinteiros, pintores e motoristas para os vários tipos de veículos que aqui temos (um camião pesado, três tractores, um carro, uma máquina escavadora, um jeep, duas motorizadas, uma camioneta ligeira e um “dumper”), a verdade, porém, é que já nesta fase inicial e principalmente nas semanas que se aproximam - a partir do início do mês de Junho - tanto o estudante ou o professor, como o operário e o engenheiro, ou o empregado de escritório e o bancário, passando pelas mais variadas profissões, qualquer um tem aqui tarefas em que é necessária a sua colaboração”. E há quem acrescente, não escondendo um sorriso: “Preparar um prego, dar umas pinceladas, agarrar numa estrutura, apertar uma porca, ajudar a carregar alguns

materiais, estender o fio, ajudar o camarada mais especializado neste ou naquele trabalho técnico é coisa que toda a gente pode e sabe fazer”. Brevemente, o trabalho voluntário no recinto da Festa será ainda mais necessário. Tarefas relacionadas com a limpeza do terreno e a implantação da zona de apoio vão exigir mão-de-obra em grande escala. Nessa altura, tanto os serviços de recepção (onde estará uma camarada para receber todos os camaradas que cheguem à Ajuda) como o apoio em distribuição de ferramentas e utensílios, refeições, etc. estará à altura das solicitações.

Adriano Santos, do Secretariado da Festa, responsável pelos armazéns, profundo conhecedor destas andanças, dá-nos em tom sereno o ponto da situação: “O trabalho está neste momento centralizado aqui à entrada da Festa, na zona dos armazéns, onde prossegue a montagem dos novos toldos



(desta vez em zinco). A primeira estrutura a ficar completa foi a da recolha dos veículos, que se iniciou logo após a Festa do ano passado. A serralharia e a carpintaria neste momento também já têm as novas coberturas. O trabalho avança neste momento na ferramentaria, no armazém de materiais diversos (pregos, pequenas ferramentas, etc.) e no armazém de materiais eléctricos”, tarefa que deverá estar quase concluída no momento em que escrevemos esta breve nota de reportagem. Em relação ao trabalho a realizar nos próximos dias, aqui fica uma síntese das declarações de Adriano Santos: “Na área do estaleiro a rede vai ser aumentada em altura,

passando para três metros. O local onde está armazenado o tubo vai ser mudado. E em 1 de Junho começará a montagem das estruturas da zona de apoio, com a mesma localização do ano anterior. Al funcionarão o refeitório, o bar, o dormitório, a zona de acampamento e a sala de convívio dos trabalhadores da Festa, o que se pode apresentar como novidade. A limpeza do terreno é também uma tarefa de primeiro plano que tem desde já de começar a ser encarada. O arranque pode também ser dado nos primeiros dias de Junho”.

A conversa chegava ao fim. O fotógrafo disparava os últimos “bonecos”. No nosso bloco de apontamentos resta agora a

lista com os nomes dos camaradas com quem pudemos falar no último domingo na Ajuda, durante uma jornada de trabalho para construção da Festa do “Avante!” - 1983. No “team” dos voluntários do fim-de-semana: os camaradas Carvalhais, relojoeiro (o tal do trabalho de precisão), da 4.ª Zona do CLL (freguesia de S. João de Deus); Francisco Corrua, montador de estruturas, de Loures oriental; Fonseca Junior, estagiário de bate-chapas, de Beja; César Pedro, mecânico na Sidul (açúcar), da 4.ª Zona do CLL; Alfredo Lopes, fundidor, da Ajuda. Na equipa dos trabalhadores permanentes da Festa: Domingos Gutierrez, do Barreiro, o responsável pela tal caldeirada de chocos à algarvia; Adriano Santos, de Almada; Pisco, da Bobadela; Bruno, de Ceda; Sousa, de Celorico de Basto; Ernesto Gomes, da Póvoa de S. Adrião (veterano da Festa); Paulino, do Barreiro; Domingos Gil, de Vale de Figueira; Hernâni, de Setúbal; Manuel Gomes, da Póvoa de S. Adrião; Visitação e Maria José, ambas de Caneças, camaradas que na altura estavam a recuperar e preparar os toldos. (No nosso bloco de apontamentos, uma última referência: na primeira oportunidade aceitamos o convite para almoçar... Está certo camarada Gutierrez?)

## Desporto na Festa



### Atenção à ginástica acrobática

O desporto e a cultura física voltam a contar com um espaço exclusivo na Festa do “Avante!” - a Cidade do Desporto. Com a mesma localização do ano anterior (à entrada da Festa, do lado esquerdo), aí estarão em pleno funcionamento, de 9 a 11 de Setembro, o recinto polivalente, o pavilhão de xadrez e damas, a zona de exposição, a venda de materiais desportivos e o recinto dos Jogos Populares, que desta vez regressam à “cidade do desporto”. Para além da participação internacional, este ano com particular destaque para a ginástica acrobática (de que falaremos mais adiante), o programa desportivo no âmbito da Festa deste ano incluirá o IV Torneio Nacional de Futebol de Salão (para maiores de 16 anos), o I Torneio Nacional de Futebol Salão Feminino (uma novidade), o III Torneio Nacional de Futebol de Salão organizado pelos Pioneiros de Portugal e a VI Corrida Popular do “Avante!”. Durante a Festa decorrerão as

fases finais dos torneios já referidos e ainda o V Torneio Internacional de Xadrez, o IV Torneio Nacional de Damas e torneios de Jogos Populares tradicionais. Nos festivais desportivos que decorrerão no Alto da Ajuda está prevista a participação de colectividades populares em apresentações de grupo com o tempo máximo de 30 minutos cada. Serão também dirigidos convites a ginastas portugueses das “disciplinas” de desportiva e rítmica. A grande atracção internacional no plano desportivo irá desta vez para a ginástica acrobática, que, aliás, já marcou posições de relevo em anteriores edições da Festa, com participação de categorizados ginastas de países socialistas. Serão também dirigidos convites especiais a ginastas portugueses ligados àquela modalidade e, em colaboração com a Federação Portuguesa de Ginástica, poderão vir a realizar-se acções de formação para jovens portugueses, em ginástica acrobática.

## IV torneio de Futebol de Salão

### Regulamento

Art.º 1.º - O III Torneio Nacional de Futebol da Festa do “Avante!” compreende duas fases: a fase de apuramento e a fase final.

a) A fase de apuramento é realizada por cada Organização Regional tendo por objectivo apurar uma ou duas equipas representantes da Organização Regional. Esta fase compreende ainda um apuramento de grupo, que agrupa várias Organizações Regionais e é da responsabilidade da Organização Central.

b) A segunda fase - fase final - realiza-se durante a Festa do “Avante!” nos dias 9, 10 e 11 de Setembro. A fase final serão presentes 8 (oito) equipas provenientes dos apuramentos de Grupo.

Art.º 2.º - Podem participar neste Torneio equipas de clubes populares e equipas formadas para o efeito com jogadores maiores de 16 (dezasseis) anos, sendo de 8 (oito) a 10 (dez) o número de jogadores de cada equipa.

Art.º 3.º - A fase de apuramento tem o seguinte esquema e calendário:

a) Cada Organização Regional deverá encontrar a(s) sua(s) equipa(s) representante(s) até 24 de Julho. Para esse apuramento as Organizações adoptarão a forma que julgarem mais conveniente.

b) Após o apuramento regional haverá um apuramento de grupo.

c) Assim, serão constituídos 6 (seis) grupos:

Grupo 1: OR Minho, OR Trás-os-Montes, OR Porto.

Grupo 2: OR Beira Litoral, OR Beira Interior.

Grupo 3: OR Leiria, OR Santarém.

Grupo 4: OR Lisboa, Grupo 5: OR Setúbal.

Grupo 6: OR Alentejo, OR Algarve.

d) Nos grupos 4 e 5 serão apuradas duas equipas em cada grupo.

e) Os apuramentos de Grupo deverão estar realizados até 28 de Agosto.



Art.º 4.º - O calendário da fase final será publicado no Jornal “Avante!” de 1 e 8 de Setembro.

Art.º 5.º - Na fase final estarão em disputa taças para os três primeiros classificados e serão distribuídas lembranças a todos os seus participantes.

Art.º 6.º - Na fase final, as Organizações Regionais, cujas equipas foram apuradas deverão entregar à Organização Central as fichas de inscrição das respectivas equipas.

Art.º 7.º - Poderão ser cobradas taxas de inscrição pelas Organizações Regionais nos respectivos torneios.

Pela Organização Central não serão cobradas taxas de inscrição às equipas que participem na fase final. De igual forma a Organização Central não comparticipa das despesas de deslocação e estadia das equipas apuradas para a fase final.

PCP

# FESTA do POVO 4 e 5 Junho

CARNIDE  
LARGO das PIMENTEIRAS  
FRENTE AO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA

COMICIO  
**OCTÁVIO PATO**  
MEMBRO DA C. POLITICA DO C.C. DO PCP

**DIA 5 (DOMINGO) ÀS 18,30 H.**

- \* MÚSICA ROCK
- \* EXPOSIÇÕES
- \* FADO
- \* DEBATES
- \* CANTO LIVRE
- \* TORNEIO DE XADREZ
- \* JOGOS INFANTIS
- \* ESPECTÁCULO

\* FUNCIONARÃO DURANTE A FESTA BARES E BANCAS \*

ORGANIZAÇÃO DA 5.ª ZONA DO CLL DO PCP

Como já é tradição a 5.ª zona do Comité Local de Lisboa, realiza nos próximos dias 4 e 5 de Junho a «Festa do Povo».

Este ano terá lugar na freguesia de Carnide, onde a APU foi a força mais votada nas últimas eleições autárquicas.

No dia 4, a Festa começa logo pela manhã, com concentração no Jardim da Luz. Daí, partirão os voluntários para a jornada de trabalho popular, que tem como objectivo resolver alguns problemas dos moradores de Carnide, tais como: obras de reparação de casas no Bairro da Horta Nova e arranjos finais no Jardim Infantil

do Bairro Padre Cruz, construído com verbas da AECOD.

A noite, no Largo das Pimenteiras (próximo da Junta de Freguesia), realizar-se-á um espectáculo especialmente dedicado aos jovens. A partir das 22 horas, haverá «Fado Castiço» e um concurso de Fado Amador.

No domingo, dia 5, no mesmo local, a partir das 10 horas, manhã infantil e à tarde espectáculo e jogos.

A «Festa do Povo» encerra com um comício onde intervirá o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP. O comício está marcado para as 18 e 30.

## Festa Alentejana em Julho

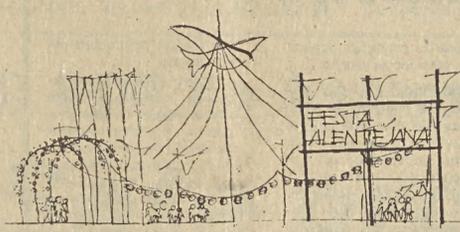
• 30 horas de arte desporto e cultura

Por iniciativa da Comissão Distrital de Beja do PCP realiza-se nos dias 1, 2 e 3 de Julho, no Parque de Campismo daquela cidade, a segunda edição da Festa Alentejana.

Considerada já como a maior realização político-cultural do distrito, a Festa Alentejana abrirá as suas portas ao público às 20,30 horas de sexta-feira e encerrará às 24 horas de domingo.

Do vasto programa, cuja informação detalhada se aguarda para breve, destacam-se a realização de espectáculos com a participação de numerosos artistas nacionais, grupos corais, e bandas; o desporto, por seu lado, estará presente através de um torneio de futebol de cinco, uma gincana de bicicletas infantil e provas de atletismo.

Para além dos colóquios sobre diversos temas de actualidade, estará patente uma ex-



posição política onde será focada a história, as tradições, a vida e o futuro do Alentejo. No pavilhão de artesanato e no mercado da Reforma Agrária, os visitantes poderão adquirir, respectivamente, peças elaboradas pelos artesãos da região e produtos agrícolas das UCP's/Cooperativas do distrito.

Os bilhetes para ingresso na Festa Alentejana - Livro Trânsito (LT) - estarão à venda a partir do próximo mês de Junho ao preço de 200 escudos.

Entretanto, os promotores da iniciativa chamam a atenção, em folheto recentemente distribuído, para a importância do trabalho preparatório da Festa. Nesse sentido, consideram indispensável que a partir do final do corrente mês, haja uma grande mobilização de esforços em particular dos camaradas carpinteiros, electricistas, pedreiros e metalúrgicos a fim de colaborarem na montagem e instalação das diversas estruturas.

## Plenário de Quadros do Distrito de Setúbal

Realizou-se no último sábado, em Pinhal Novo, um importante plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal do PCP em que participou o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido.

«Os resultados eleitorais e o reforço orgânico da Organização Regional de Setúbal» - foram os temas abordados no plenário.

Sendo a maioria das camaradas presentes, para além da DORS, membros de organismos de direcção a nível concelhio e de coordenação distrital de várias frentes, o plenário reflectiu, no geral, um vasto e profundo conjunto de discussões que as Comissões Concelhias, os seus executivos e outros organismos levaram a cabo, entretanto, subordinados aos mesmos temas. Foi constatado um elevado grau de trabalho colectivo que precedeu o plenário, o que muito contribuiu para o seu bom desenvolvimento e êxito.

As duas intervenções de fundo, que abriram os trabalhos, a cargo dos camaradas da DORS e do CC, Manuel Sobral e Carlos Ramalhes, respectivamente sobre os resultados eleitorais e o reforço orgânico do Partido, viriam a permitir a elaboração de um documento de conclusões que deverá, através de toda a organização do Partido, reactivar a discussão.

Quanto aos resultados eleitorais, ficou patente o contributo muito importante que coube ao Distrito de Setúbal para que as eleições confirmassem a derrota dos partidos da «AD». A APU aumentou tanto do ponto de vista absoluto como percentual, sendo aliás de salientar que são o PCP e os seus aliados que mais votos têm aumentado desde 1976, facto extremamente significativo se tivermos em conta que são eles também a força mais votada no distrito. Assim, enquanto nestes 7 anos o PS aumenta apenas 7 mil votos, o PCP e a APU aumentam mais de 24 mil.

O Plenário concluiu quanto foi justo estabelecer um conjunto de objectivos e metas a alcançar em 25 de Abril último, independentemente da sua obtenção ou não. Foram eles que permitiram uma grande mobilização de organizações e de militantes, ainda que não se deixasse de assinalar por vezes a distribuição de estorços individuais mal repartidos. Em suma, mais uma vez o partido foi o único que contactou de modo organizado milhares e milhares de eleitores através do porta-a-porta e outras acções, sendo de registar uma maior e mais rica intervenção da JCP e da juventude assim como, do ponto de vista técnico, o aparecimento do «video-tape» e do «jornal dos candidatos» a nível distrital como uma inovação, entre outras.

No plano da Organização do Partido, e tal como já foi constatado a nível nacional, os resultados eleitorais no distrito reflectiram à sua maneira as condições em que se encontram as organizações concelhias para dar a resposta política que se impõe às grandes lutas e às grandes tarefas.

Neste sentido, foi referida a necessidade de criação de novos organismos dirigentes e reforço dos já existentes,

sempre com maior responsabilidade individual e colectiva dos mesmos, o que está na razão directa do controlo de execução das tarefas e da utilização das medidas mais adequadas às condições específicas do trabalho.

No campo do recrutamento, o número de adesões ao Partido, desde Janeiro deste ano e tendo em conta metas internas, foi muito positivo, demonstrando que existem todas as condições para o seu prosseguimento de modo orientado.

O nível ideológico e político dos militantes não deixou de ser abastado. Se a distribuição e cumprimento de tarefas é a melhor escola de quadros, de qualquer modo a difusão da imprensa, o seu estudo e a promoção de cursos continua a reconhecer-se como formas insubstituíveis para atingir aqueles objectivos.



É já nos próximos dias 3, 4, e 5 de Junho que decorrerá na Cova da Piedade (Alto das Barrocas) a tradicional Festa da Amizade, iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Espectáculos, actividades culturais variadas, colóquios e exposições fazem parte do vasto programa. Entre os artistas já confirmados contam-se Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, Roguivários, Trovante, Henriqueta Maia, Rão Kyao, grupo Praça Pública, António Vitorino de Almeida, entre outros

### CT do Lumiar

• Colóquio sobre questões económicas

Com a participação do economista Octávio Teixeira, realiza-se no dia 3 de Junho um colóquio sobre questões económicas no Lumiar, em Lisboa.

A iniciativa está marcada para as 21 horas no Centro de Trabalho do Lumiar do PCP, e é promovida pela 6.ª zona do Comité Local de Lisboa.

### Sector da Saúde/Lisboa

Plenário no Vitória

Os camaradas do sector da Saúde da zona de Lisboa vão realizar um plenário na próxima terça-feira, 31 de Maio, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória.

Em debate estará a situação política e tarefas decorrentes.

Estará presente o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



## S. Miguel (Açores) Conclusões da reunião da Comissão de Ilha do PCP

Decorreu recentemente a reunião da Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP, realizada na sua sede em Ponta Delgada. Dos assuntos aí tratados considerou a Comissão de Ilha importante tornar públicas as seguintes conclusões:

Quanto à análise da situação política nacional e regional decorrente das eleições de 25 de Abril passado, a comissão de ilha considerou que os resultados eleitorais exprimem da parte do nosso povo a vontade de uma importante viragem política nacional a favor da democracia, dos interesses fundamentais da maioria do povo português, das classes trabalhadoras e da revolução de Abril, tendo quebrado de vez com a maioria AD (PPD, CDS) na Assembleia da República.

O PPD e CDS foram assim condenados pela política de destruição nacional levada a cabo nos últimos anos, política essa que apenas beneficiou uma pequena minoria de privilegiados e exploradores ao serviço de interesses estrangeiros.

Considero ainda a Comissão de Ilha que a tentativa em curso de formação de um governo PS-PPD se trata de uma grosseira manobra para iludir a vontade expressa do eleitorado, com vista a continuar, no fundamental, a política da AD, que entorrou o País em dívidas do Estado e comprometeu a produção, a economia e a independência nacionais bem como agravou muito as condições de vida do nosso povo.

Um governo PS-PPD, a for-

mar-se, representa a salvação da política da AD, já que agora essa mesma AD deixou, por via dos resultados eleitorais, de ser maioritária na Assembleia da República e não pode, por isso mesmo, formar um governo sozinho.

A Comissão de Ilha do PCP considera pura demagogia a afirmação que o acordo governamental PS-PPD não terá consequências na região.

Ele representa, pelo contrário, a tentativa de atar as mãos à esmagadora maioria dos opositores à política do PSD/A, facilitando naturalmente o reforço do domínio absoluto do PSD/A na Região Autónoma dos Açores.

A Comissão de Ilha congratulou-se com o importante significado político de que reveste a situação de, na ilha principal do arquipélago - S. Miguel, o PSD ter sido derrotado pela abstenção (em muitos casos consciente), reflectindo esse facto a crescente condenação popular à sua política.

Desta forma torna-se legítimo concluir que uma verdadeira oposição à política regional do PSD tem desde já as suas sementes lançadas na ilha de S. Miguel, tornando-se possível acentuá-las, com o compromisso de todos os democratas

conscientes da ilha, sejam eles comunistas ou não.

A Comissão de Ilha denuncia de forma veemente os recentes aumentos de preços de bens essenciais verificadas na região considerando-os como uma manifestação clara da verdadeira face da política de opressão económica das classes trabalhadoras e menos favorecidas da população, que continuará a ser levada a cabo pelo Governo regional.

Tal política conta, como se torna evidente, com a complicidade esclarecedora dos grupos interessados na falsa ideia da criação de um consenso nacional - PS/PSD/CDS - pois nenhum desses partidos se atreve a condenar publicamente estes aumentos, antes colaborando no silêncio cúmplice que os evolui.

A Comissão de Ilha de São Miguel do PCP debruçou-se igualmente sobre os problemas que se colocam à organização do Partido na ilha, com vista ao lançamento imediato de diversas acções públicas de esclarecimento, tendentes à prevenção dos perigos que continuam a ameaçar a democracia bem como o nível e a qualidade de vida da população em geral e tendentes a criarem as condições necessárias até ao ano de 1984, que legitimamente permitam a eleição de um deputado pelo PCP à Assembleia da Região Autónoma nas eleições que nesse ano se irão verificar.

### Juventude

## Festival de Tróia: apoio da JCP

A Comissão Executiva da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa analisou o documento tornado público recentemente sobre a realização em Portugal do Festival pela Paz e o Desarmamento, sob o lema «Uma oportunidade à Paz».

A Comissão Executiva da CC da JCP saúda a Comissão Promotora de uma tão importante iniciativa neste ano de 1983, em que a luta contra a instalação de novas armas nucleares se apresenta como um objectivo particularmente justo e oportuno para os jovens da Europa e do Mundo, face à decisão da NATO em instalar os mísseis Cruise e Pershing II.

A Comissão da CC da JCP considera que a realização do Festival, pode contribuir para o reforço do papel da opinião pública portuguesa e internacional na luta pelo direito à vida e contra a ameaça nuclear.

A luta pela Paz é uma das principais prioridades da actividade da JCP. Em conformidade, a Comissão Executiva da CC da JCP decidiu corresponder ao apelo lançado pela Comissão Promotora do Festival, exprimindo a adesão e o apoio da nossa organização e manifestando a disponibilidade da JCP e dos seus militantes para participar nos trabalhos de preparação e na realização desta grande iniciativa da juventude portuguesa.



FESTIVAL

dá uma oportunidade à paz



## Assembleia de Organização em Carnide

No próximo dia 2 de Junho realiza-se a Assembleia de Organização do PCP da freguesia de Carnide, com início marcado às 14 e 30 horas, na sala de reuniões da Junta de Freguesia.

A reunião fará a análise e balanço do trabalho realizado, a discussão das perspectivas e direcções de tra-

balho para o futuro e a eleição da nova Comissão de Freguesia do Partido.

Na sexta-feira, às 21 horas, no âmbito do trabalho preparatório da Assembleia, reunir-se-á nas células da Horta Nova, do Bairro do Padre Cruz, no salão de festas; e de Carnide Centro, na sala de reuniões da Junta de Freguesia.

## Assembleia em Ermesinde

Realiza-se no próximo sábado a Assembleia da Organização do PCP de Ermesinde.

A Assembleia tem início marcado às 15 horas e prolonga-se até à noite com a realização de um convívio.

Estará presente o camarada Avelino Gonçalves, membro da DORP e do CC do PCP.

## Reunião geral no Cartaxo

A Comissão Concelhia do Cartaxo leva a efeito amanhã uma reunião geral de militantes, no Centro de Trabalho, às 21 e 30.

Em debate estará a situação política e questões relacionadas com a organização do Partido.

Participará o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

## Sessões em Alpiarça e Santa Justa

No sábado, às 21 horas, na escola primária do Casalinho, em Alpiarça, realiza-se uma sessão de esclarecimento, com a presença de José Manuel Sampaio, vereador da APU na Câmara Municipal de Almelim.

No final da sessão haverá a projecção de um filme. Também no sábado, em Santa Justa, às 20 e 30 no Centro Social, decorrerá uma sessão de esclarecimento seguida de baile e convívio.

## Santarém

No próximo sábado, às 16 horas, decorrerá em Santarém, no Centro de Trabalho da DORSA, uma reunião de quadros para o trabalho das mulheres.

A reunião contará com a presença dos camaradas Luís Seródio e Raimundo Cabral.

## Plenário em Queijas

Amanhã, às 21 e 30, no Centro de Trabalho de Queijas, (freguesia de Carnide), realiza-se um plenário de militantes comunistas.

Esta reunião terá como objectivo a análise da situação política e contará com a presença do camarada Alexandre Teixeira, da DORL.

## Vialonga Encontro de Quadros

A Comissão de Freguesia do PCP de Vialonga promove um encontro de quadros, no próximo sábado, no celeiro da EPAC-Morgado, com início às 14 horas.

Este encontro terá como objectivo a discussão e o relançamento dos comités locais, tendo a seguinte ordem de trabalhos: organização e análise da situação política.

## Festa do Sado

As Comissões Concelhias do PCP e da JCP de Alcácer do Sal levam a efeito no próximo fim-de-semana a Festa do Sado.

Do programa, destacamos: sábado - manhã desportiva, folclore a partir das 15 horas; música com os «Galés» às 16h; ao fim da tarde, acções de Luísa Basto, João

Fernando e Fernando Paulo e ainda dos artistas do concelho Ernesto Maravilhas, J. Augusto e Santana Agostinho. Fado de Abril a partir das 19 horas e baile com o conjunto «Retrospectiva» à noite completam o programa de sábado. No domingo - manhã desportiva e cultural; às 15h, música rock com «Versus»; durante a tarde, acções de Horizonte Novo,

Mário Neves, Inácio Vidreira e Francisco Seia; às 17 e 30, comício e às 18h, «Futuro a Cantar», seguido de matiné com o conjunto «Café com Leite». Durante os dois dias: serviço de restaurante e bar, quermesse, venda de livros, exposições e auditório da juventude com video-tape. A Festa decorrerá no Parque do Atlético (ténis), em Alcácer.

**Internacional**

# Racistas de Pretória a braços com oposição interna bombardeiam Moçambique

O criminoso ataque aéreo das forças racistas de Pretória à localidade de Matola, nos subúrbios da capital da República Popular de Moçambique, na passada segunda-feira, que provocou seis mortos e quatro dezenas de feridos, foi condenado na generalidade dos países como mais um acto de violência que põe claramente em causa os esforços despendidos a vários níveis para resolver de forma pacífica os conflitos existentes entre os diferentes regimes da região.

Apresentado pela África do Sul como uma «réplica» à explosão de uma bomba no fim da semana passada em Pretória, o ataque aéreo visou, ao contrário do afirmado pelos responsáveis do apartheid, alvos exclusivamente civis. O pretexto de que tal ataque se destinava a atingir bases militares do Congresso Nacional Africano (ANC) não passava disso mesmo, de um pretexto. O que é de resto implicitamente reconhecido pelo ministro da Defesa da África do Sul, general Malan, ao afirmar que o seu país «pode punir, não importa quem nem quando, quando o achar necessário».

Não se trata de uma posição nova. Incapaz de reconhecer publicamente o crescente movimento nacionalista que no interior do país põe em causa o odioso regime através do qual

cerca de quatro milhões de brancos dominam e exploram como raça inferior mais de vinte e quatro milhões de negros e mestiços; incapaz de aceitar a existência de regimes progressistas nas suas fronteiras; incapaz enfim de reconhecer a inevitabilidade da sua própria destruição; o regime de apartheid recorre à força das armas para afirmar que está vivo sem negar que está podre.

Como afirma um comunicado do ANC, que reivindica o atentado à bomba em Pretória ao quartel-general da Força Aérea e dos serviços secretos militares sul-africanos, os sul-africanos deverão procurar na África do Sul os autores dessa acção militar contra um alvo militar e não em Moçambique.

É essa realidade que os racistas se recusam a admitir. Que a luta do ANC é

dirigida e conduzida dentro do país e que será ganha dentro do país.

E como o ANC também sublinhou ao condenar o criminoso atentado a Moçambique, o crescimento da luta armada na África do Sul, imposta pelo próprio regime, resulta da intransigência e da violência do regime de apartheid.

Violência comprovada diariamente pelas medidas tomadas pela minoria branca, que ultrapassada a fase em que tentaram dar ao mundo uma imagem de abertura e integração da população maioritária negra voltou a tirar a máscara. Como a recente decisão de encerrar aos negros catorze dos dezasseis parques municipais de Pretória ilustra bem; uma medida que para ser «respeitada» colocou guardas e cães em redor dos parques, para descansar dos brancos.

A violação do espaço aéreo moçambicano; o ataque a uma região industrial e residencial justamente à hora de maior movimento da população de casa para o trabalho, tem um objectivo claro: intimidar um país progressista, semear o terror na população, destruir o esforço popular no sector produtivo destinado a me-

lhorar as condições de vida do povo moçambicano.

Não se trata tanto de intimidar os membros do ANC, mas sim os povos amigos que apoiam a sua justa luta. Encurralado na sua própria teia, isolado e condenado por todo o mundo, vivendo apenas ainda graças aos interesses dos países capitalistas que ali vão buscar lucros fabulosos, o regime racista de Pretória perdeu já a esperança de manter e aumentar a hegemonia branca no continente negro.

O desespero é a força que continua a segurar as armas fornecidas pelo imperialismo para defender

um regime historicamente condenado.

Apesar das vítimas a lamentar o ataque a Matola não conseguiu os seus propósitos. A pronta resposta da defesa moçambicana reduziu o bombardeamento a três minutos, a fábrica e a ponte visadas não foram atingidas. A população não entrou em pânico e o trabalho recomeçou com a normalidade possível num país que tal vizinho tem. A situação que se vive no Maputo traduz na prática a afirmação recente do presidente Samora Machel: «Amamos a paz mas não temos a guerra».

(Ler no Suplemento artigo sobre Moçambique)

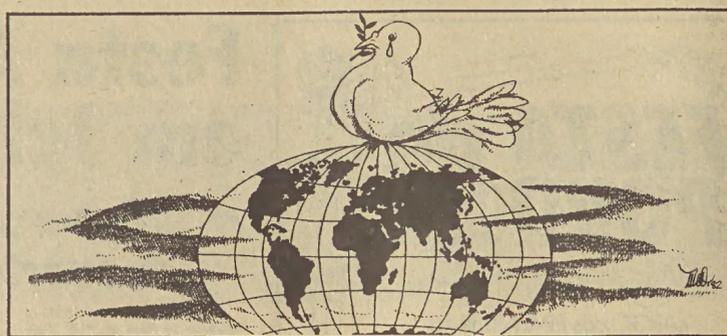
## Intolerável subserviência

Até ao último suspiro, o Governo «AD» e os seus lacaios na Comunicação Social estatizada mostram aquilo que são: fiéis servidores do imperialismo e solicitos encobridores dos regimes que — como o racismo sul-africano — exprimem ainda hoje valores que toda a humanidade progressista firmemente condena.

A censura feita na RTP a um filme sobre a África do Sul, exercida na sequência da explícita e ostensiva pressão do embaixador dos racistas, é uma intolerável — mas bastante significativa — manifestação do grau a que chegou a subserviência e a falta de dignidade.

A estes senhores, nem os filmes da BBC servem. E, desavergonhadamente, não recuam perante a invocação de uma deontologia que eles próprios diariamente são os primeiros a pôr em causa.

Quem e com que razões pode defender a permanência desta gente no poder, quer se trate da RTP ou do Governo?



## Méio Oriente

# Um acordo de paz na esteira da guerra

Um acordo foi assinado entre o Líbano, Israel e os Estados Unidos; e baptizado com o nome de «Acordo de Paz». Trata-se de um «acordo» em que um país invasor — Israel — e um país que apoiou a invasão — os Estados Unidos — impõem ao país invadido — o Líbano — condições tão humilhantes que se torna puro eufemismo falar de independência libanesa.

A soberania de facto desapareceu para dar lugar ao protectorado israelita. E ao longo de toda a história da Humanidade protectorado sempre significativo domínio. Não há hoje razões para crer que o sentido tenha mudado. As armas, os homens, as acções já estão presentes no território libanês para o confirmar.

Que se chame «acordo de paz» é irrelevante. Também Begin chamou à invasão do Líbano «paz na Galiléia» e ninguém poderá mesmo que queira recusar essa guerra que tantas vítimas fez e continua a fazer.

Não é no entanto por acaso que o termo «paz» de tão profundo significado para a Humanidade é utilizado. Convém aos Estados Unidos, o grande obreiro deste simulacro de «acordo», ser tido como o defensor da paz. A capa serve para melhor encobrir os crimes, os planos de guerra, a própria guerra. De há muito que não se distingue a mão que arma da que dispara. A responsabilidade mútua não chega sequer a ser escamoteada pelo direito comum, quanto mais pelas leis internacionais.

O acordo, apoiado e condenado conforme as forças que

representam ou não o imperialismo, diz, por si os objectivos que se propõe: o Líbano perde o direito de fazer quaisquer alianças militares hostis a Israel, não salvaguardando sequer a possibilidade do «que fazer» se Israel for hostil ao Líbano; as autoridades libanesas deverão fazer censura à sua comunicação social, de molde a que esta não tome posições contra o invasor sionista; o Líbano aceita a presença de forças militares sionistas no seu território, bem como outras de países «amigos» de modo a garantir que Israel não será alvo de ataques de países não amigos; destas forças que patrulharão o sul libanês fará parte o fascista Saad Haddad, protegido de Israel, apoiante da invasão e um dos executores dos massacres de Sabra e Chatila.

É quase desnecessário dizer que das tropas amigas que permanecerão no Líbano a maior fatia cabe aos Estados Unidos.

A quem serve este acordo? Quem o apola? Quem o não aceita?

Israel começou já a tirar dividendos desta «paz» à americana, não perdendo tempo para deixar claro quem manda no Líbano: a campanha de perseguição aos patriotas libaneses e palestinos recomeçou com uma intensidade inaudita; na maior cidade do sul do Líbano as estradas estão bloqueadas, vive-se em estado de sítio. Na Cisjordânia ocupada, os sionistas continuam a construção de um enorme campo de concentração, a norte da cidade de Naplouse. Nem é necessária imaginação para descobrir quem vão ser os seus ocu-

pantes... Os Estados Unidos, a quem cabe a paternidade quase completa do acordo, desdobram-se em iniciativas diplomáticas junto dos países árabes sob influência, a ganhar apoios e garantir que não haverá contestação. As reacções da Síria, que sem embargo declarou que tal documento «viola de forma flagrante a carta da Liga Árabe (...) e transforma o Líbano num protectorado israelita» e desde logo manifestou a sua recusa em o aceitar, é cada vez mais apresentada como o país «difícil» que recusa a «paz» e contra quem eventualmente poderá ter de ser utilizada a guerra. Uma campanha de «sensibilização» da opinião pública para um atentado que de há muito vem sendo preparado.

Os palestinianos quase nada se diz, como se depois da invasão do Líbano o problema tivesse desaparecido, empenhando-se agora a imprensa ao serviço do imperialismo em fazer especulações nas dissidências, divisões internas, confrontos e lutas pelo Poder, numa manobra tão obviamente destinada a reduzir e amesquinhar o povo palestiniano para que se conclua que nem tem razão de existir, que só não se torna ridícula por ser extremamente perigosa. São os germes da divisão que se procuram semear, para liquidar uma força que só a unidade dá.

A QLP não aceita evidentemente o acordo. A proposta de unidade na luta para vencer o temporário equilíbrio de forças a favor do imperialismo e do sionismo foi também semeada. As próximas colheitas germinarão no fogo lento do tempo.

## América Latina

# A recusa popular do domínio norte-americano

Só os néscios falam em estabelecer relações perduráveis, sem o emprego da força, entre a raça americana pura, tal como existe nos Estados Unidos, e a raça mestiça hispano-índia, tal como se encontra no México e América Central (William Walker, 1855). A América Central cairá por gravitação natural das coisas, num dia não longínquo, sob a jurisdição dos Estados Unidos (Buchanan, presidente dos EUA, 1858). ... A adesão à doutrina Monroe pode forçá-los (aos EUA), ainda que contra a sua vontade, em casos de má conduta e impotência, a exercer a política de polícia internacional (presidente Roosevelt, 1904). Precisamente agora, neste mesmo instante, estou tão furioso com essa pequena e infernal República de Cuba, que gostaria de apagar o seu povo da face da terra (Roosevelt, 1906).

Nem por um minuto penso que o propósito do Departamento de Estado seja de fazer amigos, mas cuidar dos interesses dos Estados Unidos. Se não fizermos amigos, não me importa! Se a concessão destes empréstimos salva um país do comunismo, um povo ou uma área cuja entrega ao comunismo fosse nociva para os Estados Unidos, não me importa que nos queiram bem ou nos odeiem...! Teremos cumprido o nosso propósito (Dulles, secretário de Estado dos EUA, 1957).

Os Estados Unidos já não podem ignorar o incêndio que lavra no seu próprio jardim (...). Está ao nosso alcance agir agora para mantermos o controlo da situação na América Central (Ronald Reagan, presidente dos EUA, 1983).

Os exemplos respecados ao longo de mais de um século da história dos Estados Unidos dispensam comentários e impõem por si a conclusão lógica: o apetite norte-americano pelo domínio de todo o continente de que faz parte é um sonho antigo.

Pondo de parte outros sonhos de domínio mais vasto e atendendo apenas à situação na América Latina, fica claro que o que mudou no norte foram os meios mas nunca os objectivos. Dos filibusteiros à força de intervenção rápida, das velhas armas, que hoje ornamentam museus; à mais avançada tecnologia de extermínio, das declarações dúbias e tratadas às ameaças claras e intervenções directas, sempre a política norte-americana visou o domínio do seu pálio das traseiras e das suas «raças mestiças».

O que mudou, e muito, foi a parte sul do continente, a tão cobiciada América Latina invadida durante séculos pelas potências ditadas civilizadas, escravizada, roubada na sua cultura, mas nunca plenamente submetida.

Ou talvez não tenha realmente mudado, como o provam lutas seculares de todos os povos que a habitam contra os ditadores nacionais ou estrangeiros, pelo seu direito à liberdade.

outra forma contra a ditadura, a opressão e a exploração, como em El Salvador, Chile, Colúmbia, Guatemala, Uruguai, Paraguai e tantos outros.

Na verdade o que está a mudar e continuará mudando até desaparecer é o campo de manobra do imperialismo na América Latina.

Por isso a ameaça crescente que chega de Washington, o intensificar dos confrontos, dos meios postos ao dispor da guerra «para manter o controlo».

Mas quantas frentes simultâneas poderá o imperialismo manter? E até quando consentirá o povo norte-americano continuar a ser sangrado para as alimentá-las?

Os ataques à Nicarágua com a utilização de meios a partir das Honduras e Costa Rica, são abertamente postos em causa pelos meios democráticos destes dois países. Os anúncios de resistência armada nas Honduras contra o regime fantoche hondurenho lançam um novo dado neste complexo equilíbrio de forças. As declarações de meios oficiais e outros das dificuldades da Costa Rica em «impedir» a utilização do seu território por forças contra-revolucionárias para ataques à Nicarágua geraram já um coro de protestos no país, que exige o respeito pela revolução sandinista.

No Salvador, as forças patrióticas infringem diariamente sérias derrotas às tropas governamentais ganhando terreno na necessidade de uma solução política para o conflito nacional.

No Chile, a «marcha de protesto» do dia 11 despoletou

uma crise profunda nas hostes da ditadura de Pinochet e um movimento nacional de protesto que poderá traduzir-se em breve noutras formas de luta. Significativa é a reunião que na passada sexta-feira junto na sede da Confederação do Cobre quarenta organizações unitárias chilenas para analisar a situação nacional. Significativa demais quando os Estádios voltaram a encher-se de pessoas.

### À beira da ruptura

A agressividade crescente de Washington não passa de resto de uma consequência lógica do incremento da luta das forças democráticas no subcontinente. O reflexo das dificuldades do imperialismo em impor a sua lei. Quando Reagan afirma que «o incêndio lavra no seu próprio jardim», não está longe da verdade; só que os países latino-americanos não são «jardim» nem «pátio das traseiras» dos Estados Unidos, pelo que nenhuma autoridade reconhecem ao prestimoso «bombeiro» que como os filibusteiros do princípio do século passado pretende apenas o espólio, o domínio e a exploração dos povos de que diz defender.

A falta de imaginação é de resto um traço característico da política norte-americana sempre que os seus interesses são postos em causa. O papão do comunismo é usado há tantos anos que já faz parte da mitologia caseira; e cada vez são mais as vozes que se levantam de todos os quadrantes para afirmar que a crise da América Central, em particular, assenta na injustiça, na exploração e no despotismo e não na eventual existência de comunismo ou do chamado conflito leste-oeste, como ainda há dias afirmou o ex-presidente venezuelano Andrés Pérez.

A chantagem económica é outra das armas que o imperialismo gosta de tirar do baú dos seus arsenais de pressão. Tal como Eisenhower fez a Cuba, depois da Revolução de 1959, Reagan acaba de decretar a redução em 90 por cento das importações de açúcar da Nicarágua. O rotundo fracasso de tal medida contra a então jovem revolução cubana, bem como o sofrido por Kennedy anos depois na tentativa de invasão na famosa batalha da Baía dos Porcos, parece não ter servido de lição às administrações que se lhes seguiram.

Dispondo de material mais sofisticado, Reagan segue quase a par e passo as pegadas dos seus antecessores, visando os mesmos objectivos e esquecendo as derrotas sofridas. Não se trata apenas de uma espantosa questão de persistência, claro. Trata-se, isso sim, do desejo cego de domínio, da ilusão que vitórias par-

ciais e temporais noutros continentes — como em África ou na Ásia — podem ser transpostas para onde os seus «interesses vitais»; o exigem. Numa palavra, para o domínio mundial.

Quando em 1957 o então secretário de Estado Dulles afirmava não se importar que devido à política dos EUA «nos queiram bem ou nos odeiem» era certamente sincero, mas irrealista. É que os amigos tor-

nam-se aliados e o ódio gera inimigos.

A política norte-americana, praticamente desde os seus primórdios, está a gerar inimigos por todo o lado. Na América Latina o ponto de ruptura está cada vez mais perto. Quando todos reconhecerem que juntos são mais fortes que o vizinho mal-amado do norte o sonho da «grande» América cairá como um castelo de cartas.

# «É o primeiro dos direitos humanos o direito à vida, que está em causa»

Sábado passado, no cinema «Europa», em Lisboa, cerca de 400 activistas pela Paz participaram num amplo debate sobre a realidade internacional, os perigos e as novas possibilidades que se abrem na luta pela Paz, a batalha que também em Portugal se trava para que o nosso país não seja transformado em mero instrumento de uma política agressiva.

Neste Encontro nacional preparatório da próxima Assembleia Mundial pela Paz e pela Vida, contra a guerra nuclear, que se irá realizar em Praga de 21 a 26 de Junho, para além da participação (não simultânea) de 400 pessoas, é de destacar que estiveram representados 10 Câmaras municipais, 36 sindicatos, 68 organizações cívicas, religiosas, culturais. Foram múltiplas as saudações recebidas. Quatro movimentos de solidariedade foram aprovadas no final dos debates. O que já dá uma imagem da importância que o movimento da Paz vem progressivamente assumindo no nosso país.

Entre os variados temas abordados — de diversos ângulos — algumas questões importa destacar.

### Nunca, como hoje

Na complexidade de opções políticas, de orientações ideológicas que se inserem no movimento da Paz, duas verdades unificadoras ressaltam, duas ideias muito claras: vivemos um período de corrida aos armamentos que é o maior de sempre; e simultaneamente o movimento pela Paz assume proporções inéditas, as maiores de sempre.

E naturalmente assume tais proporções, não a partir do nada, ou de qualquer decisão arbitrária, mas por razões muito objectivas: como resposta à igualmente inédita envergadura da corrida aos armamentos. Porque os dados actuais do que já foi acumulado em material unicamente destinado a destruir a humanidade e o planeta, são impressionantes; dois

números apenas — 43 mil ogivas nucleares, 15 toneladas de explosivo por pessoa.

Factos que em si constituem uma terrível ameaça para o futuro. Mas não só. Já hoje se concretizam em efeitos devastadores. A corrida aos armamentos significa também a militarização da vida económica, social, política. Ou seja: sérios limites ao desenvolvimento das forças produtivas, afectando em particular os países em vias de desenvolvimento, os cortes nas despesas sociais e o próprio desemprego crescente nos países capitalistas, o aumento da mortalidade infantil, o decréscimo da esperança de vida. Afirmar que a guerra mata já hoje — mesmo quando nos não referimos às «pequenas» guerras que o imperialismo faz proliferar pelo planeta — nada tem de uma figura de retórica.

Isto para não falar das consequências do clima de «guerra-fria» no boicote de projectos de interesse mútuo (e vários foram avançados em Helsínquia), como no agravamento das condições do comércio in-



ternacional, que se virem em particular contra os países de mais limitados recursos.

Em síntese, mesmo sem guerra, quem paga as bombas são os trabalhadores.

### A resposta

A resposta a esta imensa ameaça — contida na própria corrida aos armamentos como estratégia do imperialismo destinada a obter uma impossível superioridade militar, e mais especificamente no projecto de implantação dos novos mísseis nucleares na Europa — assume hoje um carácter inédito, não só pela sua envergadura, mas porque simultaneamente adquiriu uma nova qualidade.

Ou seja, anteriormente o movimento da paz constituía uma

importante força moral e política de protesto. Hoje, após a vitória sobre o nazi-fascismo, evitar a guerra é um objectivo realista e ao alcance dos povos. Ou seja, o movimento da Paz surge como uma força política real, quer de contestação, quer de apelo activo a políticas governamentais viradas para a defesa da paz, como é o caso dos governos de países socialistas e de governos de países não-alinhados e mesmo de posições mais realistas de governantes burgueses.

Assim, num momento em que a guerra tende a tornar-se impossível pela correlação de forças alcançada com os êxitos do socialismo, do movimento de libertação, da luta dos trabalhadores, e pela própria revolução técnico-científica, cujo aproveitamento militar pode pôr em causa a sobrevivência da humanidade — os debates estratégicos desceram à rua.

Um facto tanto mais de realçar quanto a complexidade da alta especialização das questões em debate e o aparelho de informação imperialista fomenta não facilitam a correcta tomada de consciência, a nível de massas, dos perigos muito reais que hoje pendem sobre o destino da Humanidade, e em particular o carácter que assume a projectada implantação dos novos mísseis nucleares na Europa.

E no entanto o movimento da paz é justamente um grande movimento de opinião pública em defesa de valores essenciais, contra um gravíssimo perigo que se pretende escamotear. A percepção da realidade é justa. E actuante. E o próprio conteúdo do movimento, muito embora não se trate de um movimento contra o capitalismo, dirige-se na verdade contra o pior efeito do capitalismo: a guerra.

Isso e muito mais foi tema de debate no sábado, no Europa. Debate de análise, sem dúvida. Mas sobretudo virado para a acção. Não só pela inserção do movimento da Paz em Portugal no mais vasto movimento da paz a nível europeu e mundial — e Praga será um momento alto dessa dinâmica —, mas também, e antes do mais, pela actividade a desenvolver aqui, no nosso país, contra novas facilidades militares, novas armas, novos contingentes militares no nosso território. Sobre tudo contra a possibilidade de instalação ou trânsito, em Portugal, de armas nucleares.

Por isso se afirma no Apelo final:

«A eventualidade de Portugal vir a ser abrangido pela instalação de um sistema de mísseis nucleares, ou de servir de passagem e apoio à Força de Intervenção Rápida, implicando o armazenamento ou trânsito de armas nucleares, transformaria o nosso país em alvo preferencial em caso de conflito (...) consequentemente, os participantes no Encontro Nacional Preparatório da Assembleia Mundial pela Paz e a Vida contra a Guerra Nuclear, realizada em Lisboa em 21 de Maio de 1983, apelam a todos quantos sentem seus os anseios para um futuro de Paz para que, independentemente das suas diferenças convicções ideológicas, políticas e religiosas se unam neste objectivo comum.»